

GENERAL DJALMA POLLI COELHO

Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A questão do
Conselho Nacional de Estatística

RIO DE JANEIRO

SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1952

PREFÁCIO

Tendo-se estabelecido uma controvérsia entre as minhas opiniões, tendentes a uma reforma radical no sistema estatístico brasileiro, e as opiniões do antigo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, o Governo da República resolveu designar uma Comissão para “estudar as bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro e os processos estatísticos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística”.

Achei necessário, por isso, fixar com clareza a minha posição nessa controvérsia, pelo que faço publicar este pequeno trabalho, que contém 2 documentos de minha autoria.

O primeiro deles reproduz uma carta que dirigi ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, enquanto que o segundo contém uma explanação que faço para justificar os motivos que me levaram a julgar defeituosas as nossas estatísticas, bem como a organização técnica e administrativa em que elas repousam.

Êsses são os documentos que ofereço ao exame de tôdas as pessoas que tomaram algum interêsse na controvérsia.

Como remate dêste pequeno prefácio e como demonstração de que os meus propósitos, ao assumir a Presidência do I.B.G.E., em 2 de maio de 1951, eram os de promover o seu aperfeiçoamento gradual e contínuo, transcrevo, a seguir, um trecho do discurso que tive oportunidade de proferir no dia de minha posse.

“Traço, como lema, o lema precioso de nossa bandeira : Ordem e Progresso. Ordem, para o I. B. G. E., deverá significar planejamento, programa, método, técnica, estudo, assiduidade, pontualidade, hierarquia, disciplina, economia, objetividade nos trabalhos, combate ao incompletismo e outras coisas semelhantes.

Progresso, para o I. B. G. E., deverá significar aprimoramento de nossos conhecimentos, aumento contínuo de nossa produção, auxílio constante dos que sabem mais aos que sabem menos, imitação judiciosa dos bons modelos estrangeiros, mas somente no que eles possam servir aos nossos interêsses.

Posso, portanto, resumindo, dizer-vos que venho para servir, para conservar melhorando e, sobretudo, para promover o progresso pelo desenvolvimento natural da ordem.

Julgo que isso me será possível fazer com a colaboração que espero de todos os ibgeanos, desde os da mais alta categoria até os mais modestos. De todos reclamarei o concurso.

De mim mesmo, somente vos posso dizer que estou acostumado ao trabalho.

Somente me agrada, todavia, trabalhar naquilo que me parece útil, não a mim, que de mim não cuido, e sim, a essa grande, admirável e querida Pátria.

O melhor trabalho será sempre o que não visar vantagens para seu autor e sim apenas o bom nome da Instituição a que servir.

Conclamo, pois, o I. B. G. E. ao trabalho útil, impessoal e silencioso.”

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952.

General DJALMA POLLI COELHO

PREFÁCIO

Tendo-se estabelecido uma controvérsia entre as minhas opiniões, tendentes a uma reforma radical no sistema estatístico brasileiro, e as opiniões do antigo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, o Govêrno da República resolveu designar uma Comissão para "estudar as bases em que assenta o sistema estatístico brasileiro e os processos estatísticos adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística".

Achei necessário, por isso, fixar com clareza a minha posição nessa controvérsia, pelo que faço publicar êste pequeno trabalho, que contém 2 documentos de minha autoria.

O primeiro dêles reproduz uma carta que dirigi ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, enquanto que o segundo contém uma explanação que faço para justificar os motivos que me levaram a julgar defeituosas as nossas estatísticas, bem como a organização técnica e administrativa em que elas repousam.

Êsses são os documentos que ofereço ao exame de tôdas as pessoas que tomaram algum interêsse na controvérsia.

Como remate dêste pequeno prefácio e como demonstração de que os meus propósitos, ao assumir a Presidência do I.B.G.E., em 2 de maio de 1951, eram os de promover o seu aperfeiçoamento gradual e contínuo, transcrevo, a seguir, um trecho do discurso que tive oportunidade de proferir no dia de minha posse.

"Traço, como lema, o lema precioso de nossa bandeira : Ordem e Progresso. Ordem, para o I B. G. E., deverá significar planejamento, programa, método, técnica, estudo, assiduidade, pontualidade, hierarquia, disciplina, economia, objetividade nos trabalhos, combate ao incompletismo e outras coisas semelhantes.

Progresso, para o I. B. G. E., deverá significar aprimoramento de nossos conhecimentos, aumento contínuo de nossa produção, auxílio constante dos que sabem mais aos que sabem menos, imitação judiciosa dos bons modelos estrangeiros, mas somente no que êles possam servir aos nossos interêsses.

Posso, portanto, resumindo, dizer-vos que venho para servir, para conservar melhorando e, sobretudo, para promover o progresso pelo desenvolvimento natural da ordem.

Julgo que isso me será possível fazer com a colaboração que espero de todos os ibgeanos, desde os da mais alta categoria até os mais modestos. De todos reclamarei o concurso.

De mim mesmo, somente vos posso dizer que estou acostumado ao trabalho.

Somente me agrada, todavia, trabalhar naquilo que me parece útil, não a mim, que de mim não cuido, e sim, a essa grande, admirável e querida Pátria.

O melhor trabalho será sempre o que não visar vantagens para seu autor e sim apenas o bom nome da Instituição a que servir.

Conclamo, pois, o I B. G. E. ao trabalho útil, impessoal e silencioso."

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1952.

General DJALMA POLLI COELHO



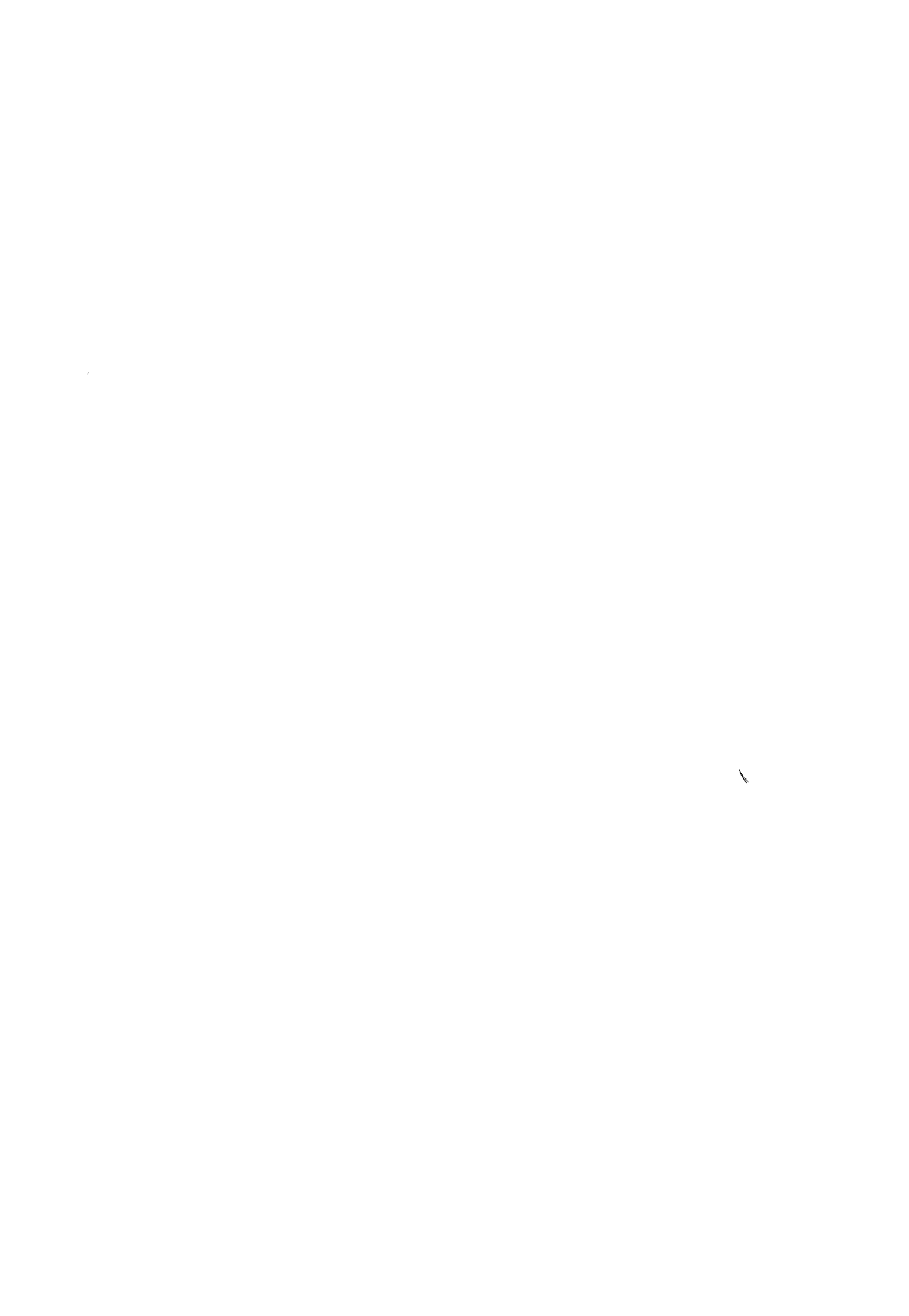
SUMÁRIO

1.^a PARTE

CARTA DIRIGIDA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA, EM 8 DE JANEIRO DE 1952

2.^a PARTE

APRECIÇÃO SUMÁRIA SÔBRE O SISTEMA ESTATÍSTICO DO BRASIL



1.ª PARTE

**CARTA DIRIGIDA AO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
EM 8 DE JANEIRO DE 1952.**

Senhor Presidente,

Na semana última, processou-se, dentro do Conselho Nacional de Estatística, dêste Instituto, uma crise sôbre a qual venho agora prestar a Vossa Excelência, como me compete, as informações que julgo necessárias para que Vossa Excelência possa melhor apreciar os fatos. Para qualquer outro esclarecimento que Vossa Excelência deseje, estarei sempre à sua disposição.

2. Desejo principiar historiando as ocorrências que determinaram tal crise, na sua ordem natural de sucessão, para depois poder informar Vossa Excelência das medidas que tomei e das quais resultou uma nova situação para o referido Conselho.

3. Nos dias próximos do último Natal, o "Correio da Manhã" publicou um *suelto* em que se estranhava ainda estivessem sendo publicados os resultados do Censo Nacional de 1940, de cuja série de volumes ainda resta publicar um bom número. Entendi que era meu dever esclarecer o público sôbre êsse assunto, que realmente desperta justa estranheza em tôda a Nação, que concede ao I.B.G.E. amplos recursos para a apuração e a divulgação daquele Censo, sem que tenha recebido a correspondente e devida retribuição oportuna.

4. Escrevi ao citado jornal a carta seguinte:

"Senhor Redator: — Sob o título "Um relógio atrasado", o vosso jornal publicou ontem um *suelto* referente ao I.B.G.E. Como Presidente dêsse Instituto, desejo e peço seja publicado o meu ligeiro comentário que segue.

Reconheço o atraso com que estão sendo publicados os resultados do Censo Nacional de 1940. Acho também que a publicação, em 1951, de estatísticas que trazem a data de 1940, é irregular. Mas é preciso reconhecer que uma grande série de volumes, como os que contêm os censos dêsse último ano e que são o resultado de um ingente esforço, não poderia aparecer com muita rapidez num país onde a regra é o atraso, a demora e o incompletismo. Asseguro-vos que tal irregularidade não se reproduzirá em relação ao Censo de 1950, cujos resultados já estão sendo divulgados.

Nenhuma responsabilidade me cabendo por êsse atraso, pois assumi a Presidência do Instituto em maio dêste ano, estou à vontade tanto para defender, no que é defensável, a ação do pessoal do Instituto, como para reconhecer, de público, que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão.

Tendo verificado pessoalmente essas circunstâncias, estou já iniciando providências destinadas a corrigir os males existentes.

Mas não faço nada atabalhoadamente e nem condeno tudo o que foi feito. Nos dois censos nacionais e nas 15 campanhas estatísticas que o I.B.G.E. já realizou, alcançamos uma boa base. Queremos agora partir dessa base para um ataque mais técnico e mais moderno do nosso problema estatístico. Contamos para isso com elemento humano de primeira ordem, dentro e fora das fileiras do I.B.G.E., de modo que esperamos poder rapidamente "acertar o relógio" da estatística nacional.

Sou obrigado, pelo que fica dito, a pedir ao "Correio da Manhã" que tenha a paciência de esperar um pouco, aguardando a modernização de um órgão, o I.B.G.E., que já fez muita coisa, embora esteja necessitando de uma reforma radical, que julgo poder breve levar a efeito.

Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta.

Atenciosos cumprimentos — General DJALMA POLLI COELHO, Presidente."

5. Poucos dias depois, outro matutino carioca, o “Diário de Notícias”, virulento jornal de oposição sistemática ao Governo e que conta, dentro do I.B.G.E., com colaborador ou colaboradores, fêz, sôbre a minha carta, um comentário cuja agressividade era diretamente voltada para a minha pessoa. É o seguinte o artigo, que saiu no número de 29/12/1951, do referido jornal.

“*Contra a reputação das estatísticas* — Em carta a um dos órgãos de nossa imprensa, o atual presidente do I.B.G.E., general DJALMA POLLI COELHO, declarou-se à vontade para, segundo expressões textuais, “reconhecer, de público, que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras e, pior que tudo isso, de duvidosa precisão”.

Foi êsse, decerto, o julgamento mais duro, foi essa a acusação mais radical e crua que os trabalhos daquele órgão técnico já sofreram, pois, na realidade, levando-se em conta as peculiaridades do país e as condições gerais de todo o nosso serviço público, sempre gozou êle de lisonjeiro conceito.

A afirmação traduziria um atestado francamente desolador, dada a autoridade de que está investido o declarante, se não parecesse resultante especialmente do sestro, comum a todo administrador novo, de condenar o passado e pretender inaugurar uma “era nova”. Tanto é assim que o general, apesar de haver assumido o cargo em maio dêste ano, conforme esclarece, chama a si a glória de estarem sendo já publicados os resultados do recenseamento de 1950, planejado e executado antes da sua gestão. Além disso, promete executar breve uma reforma radical que rapidamente “acertará o relógio” da estatística brasileira.

Essa estatística, nos moldes em que se acha estruturada, tem no I.B.G.E., realmente, os seus elementos de base e o seu centro coordenador, mas é executada por serviços estaduais e ministeriais. Resultados referentes a aspectos da vida brasileira com perfeita atualidade são divulgados regularmente pela imprensa e nas publicações do I.B.G.E. ou das repartições a êle associadas. A nação os tem aceito de boa fé, julgando exatos se não todos, confessadamente eivados de dificuldades na coleta ou obtidos por estimativas, pelo menos vários dêles, colhidos em registros autênticos, como, para exemplificar, as estatísticas, de execução já secular, do nosso comércio exterior. O general presidente, porém, não fêz exceção, inquinou tôdas de atrasadas e duvidosas, além de caras, o que é próprio de todo o serviço público no Brasil. Assim se expressando, não apenas lançou o descrédito sôbre uma instituição que sempre gozou de bom nome, mas também condenou, *in limine*, uma obra da qual o atual e antigo chefe do Governo tantas vêzes declarou envaidecer-se.

Quando a imprensa acusa, é porque é maledicente. No entanto, vemos aí um alto responsável no seio do poder executivo atacando uma reputação considerada boa, sem o mínimo da indulgência que a opinião geral concedia.”

6. Julguei que era do meu direito e do meu dever revidar essas críticas malévolas e enviei ao “Correio da Manhã” outra carta na qual, como aliás na anterior, não fiz referências, nem críticas, nem ataques a quaisquer pessoas, como Vossa Excelência poderá verificar, lendo a carta que é, por cópia fiel, aqui transcrita:

“Senhor Redator-Chefe do “Correio da Manhã”:

Alguns jornais desta Capital publicam comentários estranhando que eu tenha dito a verdade sôbre as estatísticas brasileiras. Acostumados a ouvirem os maiores elogios feitos a tais estatísticas, não querem admitir os comentaristas que alguém se tenha disposto a dizer um pouco sequer da verdade.

Somos um país em que, por velho costume, preferimos a mentira agradável à verdade desagradável. Somos também um país em que não se liga muita importância aos sacrifícios que a Nação faz para criar e manter serviços públicos ou instituições que vivem à custa do Tesouro Nacional, contanto que haja quem com isso goze, se distraia, ou se encha de vaidades, vendo seu nome sempre elogiado pelos jornais. Ora, os sacrifícios da nação...

Preciso dizer que nunca pertenci a essa falange e que, colocado pelo Presidente da República à frente do I.B.G.E. quero, pelo menos, procurar fazer dêsse Instituto uma cousa útil ao Brasil e não um mero suplemento aparatoso. Por isso foi que escrevi, há dias, uma carta ao “Correio da Manhã”,

respondendo, aliás, a um de seus verídicos *sueltos*, onde confessei lisamente o que são as nossas estatísticas: caras, atrasadas e de duvidosa precisão.

Nestes dias finais de 1951, quando o Govêrno está tentando resolver alguns problemas básicos do Brasil, verifiquei que a estatística falhou no fornecimento de alguns dados essenciais de que o Govêrno necessitava.

Essa é uma das provas de nossa situação anormal que, repito, vou tratar de corrigir com tôda a rapidez e tôda a profundidade de ação que o assunto requer.

Ponhamos de lado os tabus e vamos à verdade e à realidade das cousas. Basta de mentiras e de fantasias.

Muito grato lhe ficarei pela publicação desta carta.

General DJALMA POLLI COELHO — Presidente”.

7. Quando se quer tirar ilações malévolas de um escrito alheio, não é difícil, por meio de silogismos, chegar a adulterar tanto as cousas escritas, que se possa concluir delas tudo o que se queira, inclusive o oposto do que está no escrito. Vossa Excelência sabe bem quanto êsse sistema está enraizado em nossa gente, no tocante à apreciação das palavras e atos de quem administra ou governa.

8. Antes de dizer a Vossa Excelência em que me fundamento para acoimar de “caras, atrasadas e de duvidosa precisão” as nossas estatísticas, o que é uma convicção profunda de minha parte, desejo concluir esta narrativa das ocorrências.

9. No dia 31 de dezembro, entendi que devia dirigir palavras de saudação aos funcionários do I.B.G.E., dando-lhes o resumo de minhas apreciações sôbre o ano de 1951 e as minhas perspectivas e esperanças para 1952. Perante o Conselho Nacional de Estatística (Secretaria-Geral), reunido no auditório do I.B.G.E., disse as seguintes palavras:

“Quase no momento em que se encerra o ano de 1951, quero dizer algumas palavras aos funcionários do I.B.G.E. Minhas palavras se dirigem a todos, desde os mais modestos até os mais graduados

Com sete meses de exercício da Presidência, tendo visitado vários Estados, onde me inteirei da situação dos trabalhos geográficos e estatísticos, pude formar um juízo pessoal sôbre a realidade de nossas cousas.

Confesso que, em alguns assuntos, a minha impressão não foi de todo boa. Mas, em outros, foi muito boa. Considero, por exemplo, excelente a disciplina existente nos nossos quadros. Considero ótimo o espírito de colaboração que liga, dentro de cada Conselho, os diferentes órgãos. Já tive, em Belo Horizonte, a oportunidade de elogiar essa espécie de “mística” que liga os espíritos ibgeanos.

Nesta altura dos acontecimentos devo, entretanto, dizer-vos, com franqueza, que me tornei partidário de uma reorganização do I.B.G.E., com o fim de torná-lo tècnicamente mais de acôrdo com a sua importante missão de fazer mapas e estatísticas. Tanto os mapas como as estatísticas, que estamos produzindo, não se ajustam bem aos requisitos que deveriam ter para corresponderem às necessidades do Brasil.

Daí a necessidade que sinto de um reajustamento

Êsse reajustamento, entretanto, deverá ser feito de acôrdo com uma norma. Não será apressado além do possível, nem terá por fim prejudicar direitos de quem quer que seja.

Vamos começar com a preparação de um maior número de tècnicos em geografia, em cartografia e em estatística, dos quais estamos precisando muito. Em seguida, vamos estudar um projeto de lei reorganizando a legislação tècnica do Instituto, o qual levarei à apreciação do Senhor Presidente da República e êste, se estiver de acôrdo, o encaminhará ao Congresso Nacional.

Enquanto se desenvolvem os estudos dessas duas providências fundamentais, as cousas correrão como vão correndo

Espero que o ano de 1952 seja um ano feliz para todos nós. Desejo, para cada um dos colaboradores do I.B.G.E., nos seus dois Conselhos, tôda felicidade pessoal, que estendo às suas famílias.

A Presidência tem a consciência de que alguma cousa foi feita, no sentido de melhorar as condições de vida de seus funcionários, especialmente dos que labutam no interior, nas Inspetorias e nas Agências de Estatística. É possível que, no decorrer de 1952, ainda se possa fazer mais. Isso é o meu desejo, meu e dos dois ilustres Secretários-Gerais aqui presentes.

Creio que estamos todos de acôrdo em que devemos, sem pormos de lado os interesses do Brasil, zelar também pelos nossos interesses pessoais. Mas deve ser sempre considerado, em primeiro lugar, o interêsse do Brasil.

* * *

Renovo, pois, a todos os funcionários do I.B.G.E., às suas espôsas e aos seus esposos, aos seus filhos e aos seus parentes, os meus votos, mais amplos e mais cordiais, de muita saúde e felicidade.”

10. Nesse mesmo dia 31, tive conhecimento do início de uma atitude de rebeldia, encabeçada pelo funcionário RUBEN GUEIROS, que é pessoa a quem eu favorecera, para atender a pedidos, com a recondução ao cargo de Inspetor-Geral das Agências Municipais de Estatística, quando êle havia deixado um cargo administrativo, nesta Capital, do Govêrno do Território do Rio Branco. Êsse funcionário, que pertence ao Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, há vários anos está à disposição do I.B.G.E., como protegido, que é, de outros funcionários. Não é absolutamente um técnico em estatística, embora pense sê-lo.

11. É um mero burocrata, agitado, nevropata, cujos excessos temperamentais estou em condições de revelar a Vossa Excelência, se isso lhe parecer necessário. Êsse funcionário foi o *pivot* de tôda a agitação que se produziu em tôrno de minhas cartas ao “Correio da Manhã”, que são, como já disse acima, a expressão fiel e definitiva de meu conceito sôbre o que são nossas estatísticas.

12. Na sexta-feira da última semana, quando se realizou a habitual reunião da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, que se compõe de representantes dos Ministérios civis que possuem serviços estatísticos, além de outros ministérios e órgãos paraestatais, recebi a carta que a seguir transcrevo:

“Exmo. Sr. General DJALMA POLLI COELHO

DD. Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Tivemos ocasião de ler, na edição de 25 do corrente, do “Correio da Manhã”, a carta que V. Excia. dirigiu àquele órgão de imprensa, na qualidade de presidente do I.B.G.E. e relativa ao atraso na divulgação dos resultados do recenseamento geral de 1940.

Nesse documento, V. Excia. declara que, havendo assumido a presidência dessa entidade em maio dêste ano, verificou “que nossas estatísticas são realmente atrasadas, caras, e pior que tudo isso, de duvidosa precisão.”

Formulando êsse juízo, V. Excia. generalizou uma acusação, que, *data venia*, não nos parece justa e está concorrendo, dada a repercussão em outros jornais e nos comentários individuais, para prejudicar um conceito que gerações sucessivas de servidores do país vêm procurando elevar e consolidar.

Na organização atual da estatística brasileira, o I.B.G.E., através do Conselho Nacional de Estatística, mantém a rede coletora de dados no âmbito de cada Município e exerce a ação coordenadora dos resultados elaborados

pelos órgãos da União e dos Estados. Como diretores de serviços estatísticos federais, vemos na palavra de V. Excia. um julgamento que nos descoroça, pois significa a negação de êxitos efetivamente já alcançados pelas repartições que chefiámos, ou seja a manifestação expressa de que as contribuições dos referidos Serviços para o Anuário Estatístico do Brasil são consideradas, tôdas, atrasadas e inseguras.

Os órgãos integrantes do Conselho Nacional de Estatística, que sempre procuraram e encontraram na alta direção do I.B.G.E. estímulo e apoio que compensam das dificuldades e entraves não raro existentes no seio da administração a que pertencem, têm razões para rezear, depois de tal pronunciamento, o decréscimo do prestígio que procuram alcançar para a obra comum.

Aguardando a oportunidade de ver particularizadas e aprofundadas as observações que o seu categórico e duro julgamento encerra, asseguramos a V. Excia. o nosso acatamento às suas sugestões, ponderáveis, e inteira cooperação para todo esforço no sentido de aperfeiçoamento, sem dúvida necessário e possível, da estatística geral brasileira.

Reiteramos a V. Excia. os elevados protestos de nossa consideração e alto aprêço.

(a) RAUL LIMA — ALBERTO MARTINS — AFFONSO ALMIRO — LAURO SODRÉ VIVEIROS DE CASTRO — RUBENS PÔRTO ”

13. Finda a leitura, que mandei fazer, dessa carta, e dado o aprêço que sempre me mereceu a Junta, respondi verbal e imediatamente, explicando os motivos pelos quais achei e acho que nossas estatísticas, as do I.B.G.E., são “caras, atrasadas e de duvidosa precisão”. Minha convicção a êsse respeito é categórica, baseando-se, como então expliquei, no conhecimento que tenho do modo pelo qual as nossas estatísticas são feitas. A enumeração completa de todos os fatos que se procura conhecer, feita por igual em todo o território nacional, usando-se mais de 1 800 agências municipais, tôdas elas servidas por funcionários mal pagos e, em sua maioria, de insuficiente preparação, não pode absolutamente ser feita em boas condições. O plano geral das estatísticas prevê inquéritos por demais extensos, visando muitas cousas desnecessárias e esquecendo outras cousas essenciais. É um plano antiquado, que é executado por pessoal incompetente, na sua maior parte.

14. Sendo assim, há um encarecimento do serviço, uma demora excessiva na coleta, na apuração e na preparação dos elementos de divulgação e, finalmente, o que me parece o mais grave, uma grande infidelidade de tudo ou quase tudo o que daí resulta e é levado ao conhecimento da Nação.

15. Os ilustres membros da Junta, discutindo as razões que apresentei, mantiveram seus pontos de vista, em defesa dos órgãos que dirigem, o que é muito compreensível. Mas, não me convenceram absolutamente de que eu estivesse errado nas minhas afirmativas. Deixei claro, no decorrer da sessão, que pontos de vista pessoais não entraram no meu julgamento, o que me parece ter sido bem compreendido por todos, menos pelo representante do Ministério da Educação e Saúde, Sr. ALBERTO MARTINS. Sobre êsse funcionário, que não entende nada de estatística, como se verifica imediatamente dos conceitos levianos que costuma emitir, prestarei oportunamente informações mais detalhadas a Vossa Excelência e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Saúde.

16. Por proposta de alguns membros da Junta, e como síntese do que foi ventilado na sessão, concordamos todos em dar publicidade à nota seguinte:

“Na sessão ordinária, hoje realizada, pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, o Sr. General DJALMA POLLI COELHO leu a carta que lhe foi dirigida pelos Diretores dos Serviços Federais de Estatística, a respeito de suas declarações a importante órgão da imprensa carioca. Tais declarações, consideradas por aqueles membros da Junta como duras, não justas e principalmente prejudiciais ao trabalho de formação de uma mentalidade estatística brasileira, que várias gerações de servidores do país vêm procurando elevar e consolidar, foram longamente justificadas pelo Presidente do I.B.G.E., que as considerou deturpadas nos comentários que mereceram e afirmou não encerrarem menosprêzo à obra já realizada pela instituição, aos seus fundadores e principais responsáveis e tampouco ao corpo técnico próprio e dos diferentes órgãos do sistema. Foi salientado, pelos membros da Junta, que as estatísticas, em sua generalidade, merecem o conceito de fidelidade e pontualidade, com que são apreciadas pelos maiores e mais rigorosos técnicos nacionais e estrangeiros. Foi formulado um apêlo ao Sr. Presidente para que o Conselho Nacional de Estatística não se privasse da colaboração, nos cargos de chefia tanto da Secretaria-Geral quanto do Serviço Nacional de Recenseamento, de funcionários cuja exemplar dedicação e competência eram reconhecidas, os quais haviam solicitado dispensa das comissões que exercem não por serem infensos a qualquer reforma proveitosa nos métodos ora utilizados mas por se haverem melindrado com o julgamento do dirigente da entidade. O Sr. Presidente declarou ser sua intenção tomar em consideração êsse apêlo, dentro do possível. A Junta lamentou a repercussão e os efeitos de opiniões pessoais de seu Presidente, cuja sinceridade e patriotismo não pôs em dúvida, e manifestou os melhores propósitos de colaboração em proveito do bom nome da instituição e do aperfeiçoamento, necessário e possível, da estatística brasileira.”

17. Os termos dessa nota constituem, de meu lado, um compromisso que estou procurando executar do melhor modo, para dar fim à crise que foi suscitada.

18. Cabe-me, agora, completando as informações acima, dar o meu depoimento sincero e tão sintético quanto possível sobre o I.B.G.E. e sobre as estatísticas que o I.B.G.E. faz.

19. Em primeiro lugar, peço licença para lembrar que o grande DISRAELI disse: “Há três espécies de mentiras: as mentiras, as mentiras abomináveis e as estatísticas”. Êsse era o conceito que, sobre as estatísticas empíricas, dominava ao tempo de DISRAELI, aliás corroborado por vários outros estadistas, como Lord PALMERSTON.

20. Mas a verdade é que a estatística empírica acabou caindo nas mãos de homens de ciência, desde o impulso que veio da gloriosa Revolução Francesa, cuja não menos gloriosa Convenção Nacional designou LAGRANGE e LAPLACE para ensinarem Matemática na Escola Normal. Uma lição, sobre Probabilidades, dada aí, por LAPLACE, foi desenvolvida depois sob o nome de “Ensaio Filosófico sobre as Probabilidades”. Mais tarde, quando as teorias físicas e astronômicas exigiram a colaboração dos princípios probabilísticos, por exemplo, na teoria cinética dos gases e nos estudos sobre as nebulosas, a estatística, já tornada matemática, recebeu o impulso maior que, retroagindo na direção de suas origens, acabou por afastar a estatística comum, demográfica e econômica, de seu condenável empirismo.

21. Não se pode mais, hoje, fazer estatísticas com gente que não tem preparo matemático suficiente para lidar com os métodos estatísticos de interpretação dos fatos sujeitos a pesquisas. Entre êstes princípios figuram as técnicas representativas, ou de amostragem, com seus limites conhecidos de aplicabilidade, seus problemas e testes, seus métodos para analisar a variação dos fenômenos, etc. Isso tudo, porém, não está no alcance de quem não tenha preparo matemático, que é o caso quase geral no I.B.G.E. O I.B.G.E. é, assim, um instituto técnico que, não sòmente não tem técnicos, mas que reage furiosamente, como está patente neste episódio, contra uma reforma que apenas anunciei como devendo ter fundamentos técnicos.

22. Quero pedir a atenção de Vossa Excelência para o que ocorre em relação ao Prof. GIORGIO MORTARA, ilustre técnico estatístico que há muitos anos se acha a serviço do nosso país. Êsse técnico escreveu um importante livro com o título "Curso Elementar de Estatística Aplicada à Administração", no qual ensina, com clareza e precisão, a técnica de amostragem ou das pesquisas representativas, a respeito das quais diz que "são óbvias as vantagens do menor tempo, do menor esforço e trabalho, e do menor custo". E, a seguir, acrescenta: "Na estatística administrativa, onde a miúdo é preciso chegar rápida e economicamente ao conhecimento de certas situações, que exigem providências, a pesquisa representativa tem largas possibilidades de aplicação". Essas passagens se encontram na 26.^a lição, página 583, do referido livro. Entretanto, o I.B.G.E. jamais quis praticar o método da amostragem. Os seus Chefes de Serviço estatístico não querem reconhecer que a enumeração completa, da qual têm resultado as estatísticas caras, atrasadas e de duvidosa precisão, a que aludí, podem e devem ser substituídas pela amostragem, que garantirá às estatísticas brasileiras uma precisão maior ou, no mínimo, igual à que obtém atualmente, com menos despesas e em menos tempo.

23. O meu objetivo, na reforma que desejo promover, visa introduzir a técnica da amostragem, sempre que ela seja possível, com o que não faço mais do que seguir os exemplos de países mais adiantados.

24. Minha intenção não é, porém, apenas essa de promover uma modificação na legislação e nos Serviços do I.B.G.E., com o fim de baratear o preço de suas estatísticas, simplificando-as, tornando-as mais rápidas e de maior precisão, o que sòmente técnicos podem fazer. Desejo também promover o recrutamento de técnicos, mediante cursos que o próprio I.B.G.E. deverá administrar, como também mediante o aproveitamento de alunos que estudam estatística nas Faculdades de Filosofia, como complemento de seus estudos matemáticos.

25. Êsses alunos encontram portas fechadas nos serviços estatísticos do Brasil, onde o que se quer, parece, é apenas distribuir empregos, sinecuras, a protegidos, a parentes, a amigos.

26. Sendo a minha formação intelectual uma formação técnica, não posso compactuar com o emprêgo dos dinheiros públicos em estatísticas antiquadas, caras, quando sei que se pode fazer melhor e mais barato.

27. Peço a Vossa Excelência, entretanto, que não veja em minha explicação acima a vontade de condenar tudo e todos. Sei que há cousas aproveitáveis e pessoas de alta capacidade no Brasil e no I.B.G.E. O que estou dizendo aqui, é que não concordo em que se pretenda fazer do I.B.G.E. um tabu, qualquer cousa inatacável e sagrada. Ele tem fracassado tècnicamente em quase tudo em que é chamado a colaborar, constituindo-se, por isso, no “suplemento aparatoso” a que aludo em minhas cartas ao “Correio da Manhã”.

28. Peço, ainda, a Vossa Excelência licença para juntar a êste ofício um trecho do trabalho que, ùltimamente, me foi apresentado pelo engenheiro LOURIVAL CÂMARA, antigo estatístico, e que vem de fazer, com brilhantismo, um estágio nos Estados Unidos, onde se familiarizou com os modernos métodos, técnicas e práticas, de planejar, de executar e de calcular as estatísticas.

29. A fim de conservar a normalidade dos Serviços, evidentemente prejudicados pela crise de que estou dando informações a Vossa Excelência, já tomei as necessárias providências, substituindo aquêles funcionários que não convinha manter nos cargos em comissão que ocupavam, ou então que não desejavam, de modo algum, nêles permanecer. Dêsse modo julgo ter atendido ao apêlo que me fêz a Junta Executiva Central, conforme o item 16 acima.

30. O novo Secretário-Geral, professor LOURIVAL CÂMARA, a quem já dei posse, é pessoa qualificada por numerosos títulos, entre os quais sobressaem os de especialização estatística. Tem o curso de Estatística do Trabalho, feito em Washington, D.C., de junho a dezembro de 1950, e o curso de Teoria da Amostragem, feito na mesma cidade entre janeiro e julho de 1951. É autor de numerosas obras sôbre economia, sociologia e estatística. Atualmente, está ministrando um curso avançado de estatística a um grupo de funcionários do Banco do Brasil.

31. Trata-se, portanto, de um técnico que já tem experiência suficiente para a remodelação que acho necessário seja feita, depois dos indispensáveis estudos e com aprovação prévia de Vossa Excelência, nos trabalhos do I.B.G.E.

32. Dêsse técnico é o trabalho para o qual, em item anterior, pedi autorização a Vossa Excelência para apresentar um extrato, no qual se descortina uma nova perspectiva que bem merece ser examinada pelo I.B.G.E., e que está de inteiro acôrdo com as opiniões do professor GIORGIO MORTARA, citadas no item 22.

33. Peço, finalmente, a Vossa Excelência, caso não lhe pareça inconveniente, autorização para divulgar êste ofício, como defesa de minha autoridade, que tem sido violentamente atacada por pessoas evidentemente desconhecedoras da realidade, ou então interessadas em impedir o progresso que julgo absolutamente necessário às nossas estatísticas.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de meu mais profundo respeito.

as.) General DJALMA POLLI COELHO
Presidente

2.^a PARTE

**APRECIÇÃO SUMÁRIA
SÔBRE O SISTEMA ESTATÍSTICO DO BRASIL**

As cinco afirmações que fiz, que renovei num documento endereçado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e que torno a fazer neste outro documento, são as seguintes:

1.^a — nossas estatísticas são caras;

2.^a — são atrasadas;

3.^a — são de duvidosa precisão;

4.^a — necessitamos de mais técnicos;

5.^a — necessitamos reformar o sistema estatístico brasileiro, depois de fazer dêle um estudo crítico aprofundado, que permita submeter ao Govêrno um bom anteprojeto da reforma a ser empreendida.

Quanto à 2.^a afirmação, devo esclarecer que no têrmo “atrasadas” incluí não apenas a demora com que as nossas estatísticas chegam ao conhecimento da Nação, mas também o fato de não obedecerem elas aos melhores planos, adotados em outros países.

Assim sendo, vou tratar, a seguir, de tôdas essas afirmações, uma a uma e na ordem enunciada.

1.^a — NOSSAS ESTATÍSTICAS SÃO CARAS

O conceito de caro ou barato, aplicado a uma cousa, depende naturalmente da própria cousa. A qualidade é inerente ao preço, de modo que, quando se diz que uma cousa é cara, quer-se significar que a cousa não corresponde, pela sua qualidade, ao preço que por ela se paga.

É nesse sentido, precisamente, que chamo de “caras” as nossas estatísticas.

Começo por lembrar que as instalações que o I.B.G.E. possui no Rio de Janeiro, no edifício-sede do Conselho Nacional de Estatística, são inadequadas ao funcionamento de todos os serviços. É um edifício com anexos, que servia anteriormente para residências ou escritórios.

Para o Conselho Nacional de Geografia, o I.B.G.E. adquiriu outro edifício inadequado, também construído para apartamentos ou escritórios.

Ainda para o Conselho Nacional de Geografia aluga parte de um edifício central da cidade, além de parte de outro edifício em bairro não distante do Centro.

Tôdas essas instalações são impróprias para o serviço, determinando um mau funcionamento geral de tudo. Uma multidão de salas e saletas obriga a

um funcionamento defeituoso de todos os órgãos e determina um congestionamento incrível nos pequenos elevadores que servem os numerosos andares.

Tudo isso custa ao I.B.G.E. a importância anual de Cr\$ 2 500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros). Qualquer administrador verifica logo que se poderia, com o dinheiro gasto nos últimos 10 anos, ter construído instalações mais próprias e finalmente mais baratas, com grandes vantagens para o funcionamento do Instituto.

Possuindo o Instituto, em Parada de Lucas, onde funciona o seu Serviço Gráfico, um grande terreno, muito fácil seria construir ali um amplo e moderno edifício que pudesse abrigar as Secretarias-Gerais de Geografia e Estatística e mais o Serviço Nacional de Recenseamento, reunindo-se todos os órgãos do I.B.G.E. num único local. Devo dizer que o terreno que o I.B.G.E. já possui em Parada de Lucas é suficiente para a construção a que me refiro.

Em vez disso, o I.B.G.E. tem vivido a pensar na construção de um gigantesco edifício, no local onde está o antigo Silogeu, cousa que para mim constituiria um sério inconveniente para a cidade, já por demais sobrecarregada, em seu centro urbano, com uma população obrigada a mover-se continuamente de casa para o serviço e vice-versa.

A exemplo da cidade de Washington, que colocou quase todos os seus grandes serviços administrativos fora da cidade, penso que o I.B.G.E. deveria ter uma sede própria em Parada de Lucas, localidade que oferece tôdas as comodidades de transporte e que cada vez mais oferecerá essas e outras vantagens.

Vivendo em condições que não permitem o desenvolvimento fácil dos seus trabalhos, tem aí o I.B.G.E. um *primeiro motivo* de sua imperfeita ou deficiente produtividade como repartição, o que concorre para o encarecimento das estatísticas.

Mas êsse é apenas o primeiro motivo.

Outro motivo é o excesso de burocratas. O C.N.E., desde o início de sua existência, mostrou-se inclinado a aceitar, como estatísticos, todos aquêles que se aproximavam da administração para obter empregos, sem levar em conta que um estabelecimento estatístico, que quer produzir cousas úteis, precisa imperiosamente de pessoal com conhecimentos estatísticos, isto é, de matemática em diversos graus, até mesmo de matemática superior, pois que a estatística moderna não é mais empírica, como foi no passado, e sim científica, como é depois que foram introduzidos e generalizados os métodos de amostragem.

Com a falta de técnicos, o C.N.E. tem funcionado defeituosamente, constituindo, portanto, essa falta, um segundo motivo de encarecimento das nossas estatísticas.

O *terceiro motivo* diz respeito ao emprêgo que se faz dos recursos da Caixa Nacional de Estatística, cujos fundos são empregados segundo o critério da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística. Essa Junta, formada por pessoas cuja honorabilidade e cujas boas intenções reconheço no mais alto grau, é forçada, pelas circunstâncias e pela tradição do I.B.G.E., a usar aquêles fundos de uma maneira que não corresponde aos interêsses do

País, por isso que os distribui de acôrdo com o esquema de levantamentos todos os anos reproduzido, esquema que, a meu ver, deveria ser radicalmente modificado.

O Município de São Paulo e o Distrito Federal concorrem com mais de 50% dos fundos daquela Caixa. Uma grande parcela dêsses 50% deveria evidentemente ser destinada ao aperfeiçoamento das estatísticas dessas duas circunscrições do Brasil, as que mais necessitam de estatísticas. Isso não se dá, porque tanto o Município de São Paulo quanto a Prefeitura do Distrito Federal mantêm serviços que poderiam ser muito melhorados se o C.N.E. lhes restituísse diretamente uma parte maior daquilo que indevidamente arrecada do impôsto de diversões (impôsto de competência municipal).

Outro motivo reside no excesso de publicações que o I.B.G.E. divulga. Tenho ouvido numerosas pessoas que me dizem estarem cansadas de receber revistas, boletins, livros e outras formas de divulgação que lhes envia o I.B.G.E. Tenho visto bibliotecas públicas e particulares repletas dessas publicações, que custam fortunas aos cofres da Nação, mas que nem sempre contêm matérias úteis aos leitores. Na Revista Brasileira de Estatística, por exemplo, é comum encontrarem-se artigos sôbre aspectos particularíssimos da estatística, que bem mereciam ser divulgados em livros, que enfrentariam por si mesmos o mercado e seriam ou não adquiridos, conforme a importância dos assuntos versados e o círculo de leitores que pudessem ter. A sua inclusão na Revista Brasileira de Estatística muitas vêzes se destina a “engordar” a revista, independentemente da utilidade real que os assuntos possam ter para os leitores.

Diz-se que a Revista Brasileira de Estatística se destina a divulgar conhecimentos no interior do país, por intermédio da rêde das agências municipais. Basta olhar para um número qualquer dessa revista para se verificar que apenas uma ínfima percentagem de pessoas poderia, no interior, se interessar pelos assuntos que ela divulga. E nas capitais, onde a cultura estatística se vem desenvolvendo, os que procuram conhecimentos estatísticos técnicos, costumam fazê-lo nos tratadistas cujos livros abundam nas nossas principais livrarias e bibliotecas.

A preocupação de fazer das nossas revistas uma obra-prima de impressão tipográfica, em papel de fina qualidade, é outro meio de encarecer as cousas. Se compararmos as nossas revistas com a Revista do Instituto Internacional de Estatística, e outras publicações estatísticas estrangeiras, ficaremos admirados da modéstia exibida por essas publicações que, entretanto, são riquíssimas de substâncias, sem o luxo da nossa.

Ainda devemos mencionar que o I.B.G.E. edita uma outra revista luxuosa e cara, chamada Revista Brasileira dos Municípios, onde se prega uma famosa doutrina do municipalismo. Essa doutrina é uma das fantasias surgidas dentro do I.B.G.E. Até hoje não conheço bem o que se pretende com ela. A Revista dos Municípios custa ao I.B.G.E. tanto ou mais do que a Revista Brasileira de Estatística, pesando portanto sôbre as despesas gerais. Uma terceira revista que o I.B.G.E. publica é a Revista Brasileira de Geografia.

Quanto a esta, devo dizer que o material destinado à publicação sofre sempre o exame de técnicos e, por isso, a utilidade dessa revista é bem maior, conforme a apreciação de numerosas pessoas que me têm comunicado suas impressões. Essa revista, entretanto, podia ser impressa com menos luxo, porque é indispensável considerar que o mérito de uma revista está na matéria que ela contém e não no seu aspecto gráfico, qualidade de papel, etc. Temos, portanto, aí, o *quarto motivo* de encarecimento.

O *quinto motivo*, que coloco em último lugar de propósito, versa sobre a qualidade das estatísticas, sobre a qual vou tratar em seguida a este capítulo. Como já disse, aquilo que é bom não pode ser considerado caro senão com as devidas restrições. Mas aquilo que não é bom, por ser deficiente, incompleto ou muito impreciso, isso, sim, é positivamente caro, mesmo quando custa pouco. No nosso caso, a estatística é cara porque tem muitos defeitos e ainda nos custa uma alta importância em dinheiro.

2.^a — AS NOSSAS ESTATÍSTICAS SÃO ATRASADAS

Já disse acima que considero as nossas estatísticas atrasadas sob dois aspectos: 1.^o — são publicadas geralmente com retardamento, de modo que, quando a Nação toma conhecimento delas, já os fenômenos que elas devem representar estão ultrapassados de tal modo que não pode pensar em sua utilidade. Na origem desta controvérsia, que se levantou na imprensa, em torno de minha primeira carta ao “Correio da Manhã”, está precisamente a estranheza desse prestigioso jornal carioca diante do fato de estarem sendo divulgados, no fim do ano de 1951, os documentos oficiais do censo de 1940. O “Correio da Manhã” foi muito benevolente quando disse que se tratava apenas de um “relógio atrasado”. O relógio pode estar atrasado, mas ser uma boa máquina. No caso, o relógio estava atrasado porque era uma máquina complicada, desajustada e que já se tinha revelado fora das condições exigidas para marcar bem o tempo.

As publicações estatísticas no Brasil, sobre as quais vou fazer algumas considerações no capítulo seguinte, contêm sempre muitos dados atrasados, o que, de certo modo, se justifica em relação a algumas informações, que não importa conhecer senão a intervalos. Há outras informações, entretanto, que a Nação necessita ter com a maior rapidez possível. Vou dar um exemplo.

O abastecimento das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, com suas grandes populações, necessitariam conhecer melhor e mês por mês, pelo menos, os estoques dos principais artigos de alimentação existentes nos centros produtores do país, em relação aos alimentos que constituem o “menu” básico do povo brasileiro. Possuindo o C.N.E. uma rede de Agências Municipais, com uma agência em cada Município, evidentemente haverá uma agência em cada centro produtor. Seria fácil, portanto, obter-se um telegrama mensal de cada uma dessas agências, dando o estoque existente no dia 1.^o ou 15 de cada mês. Esses telegramas, uma vez recebidos pela Secretaria-Geral, poderiam imediatamente ser resumidos em mapas e levados ao conhecimento da Comissão Cen-

tral de Preços, que poderia orientar o Governo na adoção de medidas capazes de transportar os estoques necessários aos centros consumidores, resolvendo-se assim um dos mais sérios problemas da atualidade. Ao invés disso, o C.N.E. costuma dar, em alguns boletins, o estoque existente em todo o Brasil e com o atraso de muitos meses. Isso não tem nenhuma utilidade para a Nação, constituindo um verdadeiro fracasso estatístico.

Tratando do outro sentido que tem a expressão “estatísticas atrasadas”, quero dizer que o quadro geral do nosso plano estatístico não está de acôrdo com os planos de outros países mais adiantados.

Vou, em seguida, passar revista nos assuntos que constituem o programa geral das estatísticas modernas. Para adotar uma orientação insuspeita na enumeração dêesses assuntos, escolhi a que figura na revista do Instituto Internacional de Estatística, em seu n.º 1, vol. 19, relativo a 1951.

A bibliografia moderna da estatística ali se encontra mencionada em detalhes, segundo a ordem natural, desde o que se refere à População, até à Conjuntura Econômica, passando pelas questões do Trabalho, da Economia, das Finanças, da Produção, dos Transportes, da Instrução Pública, da Justiça e da Administração.

Acredito que nada, nos países civilizados, que seja objeto de investigações de estatística, possa estar fora da enumeração feita por aquela importante revista.

Acredito também que o que está ali enumerado interessa às estatísticas do Brasil, que, afinal de contas, também é um país civilizado. As estatísticas brasileiras serão incompletas se não contemplarem todos os assuntos que ali estão relacionados. Se é verdade que as nossas estatísticas mencionam alguns dêles, com deficiências inexplicáveis, dado o alto preço que nos custam, não é menos verdade que omitem muitos outros, os quais, pela sua grande importância, não deveriam ser omitidos.

I — POPULAÇÃO

- 1) Estado da população;
- 2) Raça, nacionalidade, religião, língua;
- 3) Movimento da população;
- 4) Migrações;
- 5) Natalidade;
- 6) Mortalidade segundo as causas, inclusive suicídio;
- 7) Mortalidade segundo a profissão;
- 8) Tabelas de mortalidade;
- 9) Moléstias físicas e mentais;
- 10) Higiene;
- 11) Estado físico da população.

Sobre êesses assuntos, o Anuário do C.N.E. costuma publicar alguns dados. Sobre casamentos, nascimentos e óbitos apenas menciona os registrados

nos municípios das Capitais. Ora, quem conhece o grande número de cidades importantes que o Brasil possui e que não são Capitais, mas onde há Agências Municipais de Estatística, não pode deixar de ficar admirado ao ver que só as Capitais merecem do C.N.E. a atenção de registrar seus movimentos de população referentes a nascimentos, óbitos e casamentos.

As profissões influem mais ou menos sobre a mortalidade, sendo esse um interessante ponto de investigação estatística perante o qual o C.N.E. se mantém silencioso.

Sobre moléstias físicas e mentais e sobre higiene, o Anuário é igualmente mudo. Tendo-se dito, de maneira vaga, que o Brasil era um "grande hospital", o C.N.E. nada diz sobre o estado físico da população. Apenas publica um quadro dando o número de hospitais que existem nos diferentes Estados.

A respeito ainda do estado físico da nossa população, era de se esperar que o Anuário do C.N.E. incluísse alguma coisa mais, por pouco que fôsse. O Exército, bem como a Aeronáutica e a Marinha, recrutam anualmente um bom número de jovens cujos registros biométricos são feitos com precisão e regularidade.

Não era demais que, em se aproveitando tais registros, fôsse feita uma estatística, por amostragem, da altura média e do peso médio do homem brasileiro. Seria esse um dado muito interessante do ponto de vista racial, que bem merecia ser apurado estatisticamente. Sabemos vagamente que existem diferenças sensíveis, de altura e de peso, entre os homens do norte, do centro e do sul, mas não temos dados sobre esse aspecto físico de nossa população.

O Dr. ALFREDO SAUVY, no seu livro "La Population", chama atenção para essa pesquisa, estendendo seu interesse às crianças das escolas. No Brasil, não seria difícil medir a altura e o peso das crianças que freqüentam as escolas primárias nas Capitais e cidades do interior. A mesma coisa seria fácil de fazer nos ginásios e escolas superiores, pelos menos nas militares.

Sobre migrações, tem-se muito falado nas migrações nordestinas para o Sul e para a Amazônia e nas migrações mineiras para Goiás e para o Paraná. Entretanto, o Anuário do C.N.E. não faz a mais insignificante alusão a esses fatos que constituem um dos mais impressionantes fenômenos demográficos do Brasil.

O C.N.E., no seu Anuário, mostra desconhecer completamente o problema indígena do Brasil. Nossos índios formam um grupamento de perto de 2 000 000 de seres humanos, dos quais 1 500 000, mais ou menos, já estão desintegrados das suas tribos primitivas. O Anuário do C.N.E., discriminando a nossa população segundo a cor, menciona apenas os brancos, os pretos, os amarelos e os pardos. Como os amarelos são em número de menos de duzentos e cinquenta mil, deve-se supor que se trata de asiáticos, japoneses de preferência, residentes em São Paulo. Nada sobre os índios. É absurdo imaginar que se tenha considerado os índios como pardos. Pardos são, como todo o mundo sabe, os mestiços oriundos de brancos e pretos.

II — TRABALHO E QUESTÕES SOCIAIS

- 1) Salários e duração do trabalho;
- 2) Mercado do trabalho e desemprego;
- 3) Convenções coletivas;
- 4) Conflitos do trabalho;
- 5) Cooperação;
- 6) Organizações profissionais;
- 7) Inspeção do Trabalho;
- 8) Trabalho das mulheres e das crianças;
- 9) Acidentes do trabalho;
- 10) Estado social dos classes operárias;
- 11) Habitação;
- 12) Seguros sociais;
- 13) Assistência pública;
- 14) Mão-de-obra inválida.

Tudo isso deveria ser investigado no Brasil, não só nas Capitais como em muitas cidades do interior, cidades que apresentam, aliás, impressionante progresso social. Mas sobre tudo isso, ou sobre quase tudo isso, o C.N.E. se mantém silencioso, apesar de possuir recursos que, bem empregados, poderiam dar ao Brasil preciosas informações. Trata-se de um importante campo de investigação estatística.

III — PREÇOS, CUSTOS DE VIDA, ORÇAMENTOS DE FAMÍLIA

Sobre esse assunto os anuários estatísticos estrangeiros dão abundantes informações. O americano, por exemplo, menciona os preços médios, por libra, dos seguintes produtos: banha, leite condensado, queijo, arroz, açúcar, fumo, algodão; por *bushel*, do trigo, do milho e da farinha de trigo. São preços médios anuais. O nosso Anuário entra numa discriminação mensal exaustiva sobre alguns produtos, em algumas localidades, quase sempre Capitais de Estados e, ao fazer isso, sempre volta à mesma tecla: *os dados estão sujeitos a retificação*. Isto significa que ninguém pode raciocinar no Brasil, sobre preços, tendo em vista o Anuário. Sobre o custo da vida, os orçamentos de família, a oferta e a procura, os preços de venda, etc., o Anuário do C.N.E. de 1950 é de uma indigência que inspira dó. Somente inclui duas páginas sobre esses importantes aspectos da vida coletiva. Dá os índices do custo da alimentação nos Municípios das Capitais e, relativamente à classe operária de São Paulo, dá índices mais completos, obtidos porém pelo Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo.

Enquanto isso, a Fundação Getúlio Vargas se sente inclinada a fazer investigações nas quais entra o custo da vida. Como presidente do Instituto, já tenho tido ocasião de responder consultas de entidades públicas e particulares, tendo de confessar que o C.N.E. não cogita dos assuntos de preço, custo de vida e orçamentos de família. Devia, entretanto, cogitar desses assuntos, o que não seria difícil. Os Estados Unidos, no seu Anuário chamado

“Statistical Abstract of the United States”, fornecem os níveis de salários familiares para as zonas urbanas e rurais, os quais foram obtidos por meio de amostragem, abrangendo aproximadamente 12 000 famílias. Esse assunto é importantíssimo para o Brasil e não compreendo absolutamente que o C.N.E. não tenha já dedicado o seu esforço para, estudando o problema, levar ao Governo um subsídio útil, já tantas vezes reclamado.

IV — FINANÇAS

- 1) Finanças públicas, receitas, despesas, dívidas, impostos, taxas, subvenções;
- 2) Propriedade territorial;
- 3) Renda Nacional e Fortuna Nacional.

Nosso Anuário somente contém dados relativos à receita e despesa da União e dos Estados. Nenhuma indicação dá sobre as subvenções, nada diz sobre as terras devolutas. Nada diz, também, sobre a renda nacional e a fortuna nacional. A renda nacional é um dado importantíssimo que provém do conjunto das aquisições em trabalho e propriedade, que resultam da produção corrente de bens e de serviços pela economia da nação. A renda nacional mede o total dos custos de bens e serviços produzidos pela economia da Nação. Refere-se ao trabalho e à propriedade fornecidos pelos residentes da Nação. Os ganhos são registrados pela forma em que eles chegam aos residentes da Nação, inclusive as taxas desses ganhos. Essa é, mais ou menos, a definição oficial de renda nacional adotada pelos Estados Unidos.

O C.N.E. nunca cogitou dêsse assunto, dando lugar a que outras Instituições chamassem a si o cálculo da Renda Nacional, que, entretanto, não é ainda conhecido. Tratando da propriedade territorial, o nosso Anuário cogita apenas de prédios recenseados e de transcrições de vendas de imóveis nos municípios das Capitais. Contém também incompletos dados sobre inscrições de hipotecas. Havendo Estados que ainda possuem terras devolutas, as nossas estatísticas parecem desconhecer completamente esses fatos que poderiam ser facilmente investigados nos Estados, por intermédio da rede de Agências e de Inspetorias que o C.N.E. possui.

V — MOEDA

Moeda, crédito, bancos, caixas econômicas, bancos hipotecários, câmbios, cotações de ações e obrigações, emissões, balança de pagamentos.

Sobre Caixas Econômicas nosso Anuário discrimina valores disponíveis, empréstimos, valores patrimoniais e outros valores, quanto ao ativo. Quanto ao passivo, discrimina depósitos, contas patrimoniais, etc. Sobre os Bancos, faz mais ou menos a mesma cousa. Ora, o que interessa verdadeiramente à Nação, para julgar o estado de solidez dos Estabelecimentos Nacionais de Crédito, é conhecer o montante dos depósitos existentes, em cada organização, tanto no Estabelecimento Central, como nos Estabelecimentos Estaduais e Territoriais. A unidade para isso deveria ser um milhão de cruzeiros, com o

que se lidaria com números menores do que aquêles que figuram no nosso Anuário. Em estatística financeira, é preciso dar preferência aos números que exprimem as grandes quantidades. As frações não dão nem tiram precisão.

A respeito de pagamentos por cheque, sôbre o que muito se tem falado no Brasil, porque seu pouco uso constitui realmente um índice do nosso precário desenvolvimento financeiro, nas camadas populares, o nosso Anuário é inteiramente mudo. Entretanto, não seria impossível fazer-se uma estimativa do volume dêsses pagamentos, recorrendo-se aos nossos estabelecimentos bancários das Capitais e do interior.

Sôbre balança de pagamentos internacionais, nosso Anuário nada diz; entretanto, os Anuários estrangeiros, como o norte-americano, publicam regularmente tais dados.

VI — SEGUROS

O nosso Anuário publica tabelas sôbre os seguros de algumas instituições, com a curiosa circunstância de que exclui os dados relativos ao I.P.A.S.E. Assim sendo, omite o que há sôbre seguros em relação a uma numerosíssima classe, a dos funcionários públicos, espalhada em todo o País, e cujos interêses são freqüentemente discutidos a propósito de aumentos de vencimentos. Enquanto isso, os Anuários estrangeiros publicam regularmente dados abundantes e variados sôbre tôdas as modalidades do Seguro. Quanto a seguros de vida, incluem aquêles que são de responsabilidade do Govêrno.

VII — PRODUÇÃO

- 1) Produção em geral;
- 2) Produção das minas;
- 3) Agricultura;
- 4) Horticultura;
- 5) Florestas;
- 6) Pesca;
- 7) Pecuária;
- 8) Indústria;
- 9) Recenseamento industrial;
- 10) Estoques;
- 11) Consumo.

Êsse é um assunto em que o C.N.E. deixa muito a desejar, constituindo-se um instrumento pouco útil para o Govêrno e para a Nação, como se verifica do exame do seu Anuário. As suas tabelas sôbre produção mineral são precárias. Referem-se ao fato de que seus dados são calculados com base na exportação, ficando assim excluída a produção não exportável. Evidentemente, essas restrições depreciam o Anuário. Não há nenhuma referência à produção de combustíveis líquidos ou sólidos. Entretanto, a Nação já sabe que há vários anos se está explorando com sucesso no Brasil o óleo combus-

tível e o xisto betuminoso, havendo emprêsas oficiais e particulares que se dedicam a êsses importantes ramos de atividades. Quanto à produção agrícola, a precariedade das informações contidas no Anuário é maior ainda. Para não perder muito tempo comparando o que fazemos e publicamos, com o que fazem e publicam outros países, limito-me a mencionar o que disse o Dr. EDGAR TEIXEIRA LEITE numa Conferência que proferiu na Escola Superior de Guerra, sôbre o título “Estatísticas deficientes”.

Depois de enumerar as frutas, os sucedâneos de cereais e os produtos hortícolas que ainda não foram objeto de indagações do C.N.E., diz o Dr. EDGAR TEIXEIRA LEITE, membro do Conselho Nacional de Economia:

“Pela rápida resenha mencionada, verifica-se que a nossa enorme produção vegetal — sucedâneos de cereais, frutas oleaginosas e sobretudo produtos hortícolas — não foi computada nas estatísticas”.

Menciona o ilustre Dr. TEIXEIRA LEITE, usando dados do Dr. JÚLIO CÉZAR COVELLO, em seu trabalho “Abastecimento da Capital Federal em 1950”, que o consumo do Distrito Federal, só de produtos hortícolas, alcança 68 000 toneladas.

O Dr. TEIXEIRA LEITE, na sua citada conferência, declarou que a deficiência das nossas estatísticas compromete e falseia sèriamente as conclusões e os raciocínios sôbre elas baseados. Chama atenção para o confronto que se costuma fazer da produção “per capita” do povo brasileiro, com a de outros povos. O agricultor nacional é sempre colocado em último lugar, até em documentos oficiais nossos, por causa de nossas estatísticas da produção erradas.

É fora de dúvida, portanto, que as nossas estatísticas, deixando de incluir um grande número de produtos de alimentação, que produzimos com abundância, concorrem para que, em certos organismos internacionais e em certos meios culturais do estrangeiro, o Brasil seja colocado em situação inferior à que realmente merece.

São ainda da Conferência do Dr. TEIXEIRA LEITE os seguintes tópicos:

“A êste respeito, apenas a título de ilustração, lembro o que ocorreu por ocasião de ser organizado o serviço de combate à broca do café no Estado do Rio, quando era seu Governador o Coronel MACEDO SOARES. Convidados os líderes e expoentes da lavoura cafeeira fluminense, do norte do Estado, não foi possível obter número, mesmo aproximado, sôbre o número de cafeeiros, produção por pé de café, o custo da produção, etc , etc.

Mesmo para uma lavoura de elite, como a do café, e dirigida por gente de elite, os elementos estatísticos careciam de precisão. E se cada proprietário não consegue reunir os elementos contábeis, base de uma estatística razoável, em sua propriedade, as expressões da estatística geral, que são o conjunto destas propriedades, não podem deixar de ser falhas.”

Mais adiante, citando uma publicação oficial do C.N.E., o Dr. TEIXEIRA LEITE acrescenta:

“Uma premissa indispensável à exposição das informações sôbre a produção agrícola do Brasil, apresentadas nas estatísticas anuais, é a de que estas informações são apenas largamente informativas (A Produção Agrícola nos Anos de 1945 a 1949 — Est. Agr. n° 1 — 1950)”.

Não preciso dizer mais nada para provar que as estatísticas da nossa produção agrícola são de precisão duvidosa.

Sobre florestas, o nosso Anuário é completamente silencioso, apesar de se tratar de uma das mais notáveis riquezas nacionais. Grande parte do poderio econômico de nossa pátria ainda reside nas florestas que, de sul a norte, ornaram o nosso território. Um código florestal, dos mais adiantados do mundo, está em vigor desde muitos anos. No Ministério da Agricultura do Governo Federal e nas Secretarias de Agricultura de todos os Estados, não pode deixar de haver dados que sejam capazes de fornecer informações sobre as nossas florestas. As agências municipais deveriam fornecer também dados dessa espécie.

Seria interessante que a Nação conhecesse os dados estatísticos sobre as áreas florestadas, as indústrias florestais e os produtos dessas indústrias.

A indústria do pinho, a indústria da celulose, a indústria dos compensados, constituem importantes setores da nossa atividade, sobre os quais o C.N.E., em seu Anuário, passa em completo silêncio. Enquanto isso, no Anuário dos Estados Unidos há 18 páginas, em letra miúda, que nos dão uma idéia muito satisfatória de todos os aspectos industriais e financeiros desse importante domínio de sua economia.

Possuímos alguns parques nacionais que cada dia mais vão interessando o turismo nacional e estrangeiro. Sobre tais parques, o Anuário do C.N.E. não diz uma palavra sequer. Não lhes menciona o nome, nem as áreas, nem o número de visitantes anualmente. Esses interessantes dados, em relação ao sistema americano de parques nacionais, estão no seu Anuário.

Passando a tratar da pesca, é notável que, tendo o Brasil uma imensa costa e grandes rios, não conste qualquer coisa no Anuário do C.N.E. sobre o volume e o valor dos nossos pescados, sobre os centros principais de comércio desse ramo e sobre outros aspectos relacionados com o abastecimento das cidades do litoral. É incrível a indiferença do C.N.E. diante desse problema, contando, como conta, ao largo do litoral e dos nossos grandes rios, com centenas e centenas de Agências de Estatística.

O anuário estatístico americano é de uma riqueza impressionante quanto a esse aspecto da produção. Sobre pecuária, tudo que o Anuário do C.N.E. contém se resume num quadro de efetivos estimados, segundo as Unidades da Federação, enquanto que o Anuário americano menciona número de fazendas de criação, índices de custo, animais abatidos e vendidos, lucros das fazendas, índices de volume de produção, animais inspecionados e abatidos, preços, etc., etc.

Pelo Anuário Americano, qualquer leitor forma rapidamente uma idéia do que é a pecuária dos Estados Unidos. Pelo nosso, fica sabendo apenas quais eram, estimativamente, os efetivos de bovinos, eqüinos, asininos e muares, além de suínos, bovinos e caprinos, no ano de 1948. No tocante à indústria e ao recenseamento industrial, o nosso Anuário publica dados sobre a produção industrial e sobre o censo dos segurados do I.A.P.I., sobre o pessoal ativo dos estabelecimentos localizados nos quatro maiores centros econômicos e sobre diversas indústrias. Apesar de serem dados úteis, é impossível

vel deixar de notar a falta de quadros que nos forneçam os índices anuais sucessivos e mensais do último ano em relação às manufaturas principais.

Os números absolutos que o nosso Anuário publica não só sobrecarregam a composição tipográfica com algarismos e números demasiados, como impedem de acompanhar a evolução industrial, cousa que, para muita gente, importa conhecer, numa sucessão maior ou menor de anos. Os números índices são mais convenientes do que os números absolutos. As estatísticas selecionadas, segundo o tamanho dos estabelecimentos, conforme o número de empregados e conforme as especialidades industriais, são dados de forma pouco manuseável, além de serem muito incompletas. As estatísticas gerais, por sua vez, que no anuário norte-americano ocupam numerosas páginas, no nosso figuram muito de leve, com referências absolutamente insuficientes para qualquer raciocínio.

Tratando da indústria elétrica, cousa importantíssima para o Brasil, em que o nosso País já ocupa uma posição menos desfavorável do que há anos, o nosso Anuário apenas dá o número de usinas geradoras com o potencial em kilowatts, esquecendo-se completamente de que é muito importante conhecer as espécies de indústria em que a potência disponível é aplicada. As indústrias manufatureiras, as indústrias extrativas e as indústrias governamentais, quase tôdas usam energia elétrica, sendo importante conhecer as discriminações principais, segundo a seqüência do consumo em milhares de kilowatts, por ano. É certamente pouco expressivo fornecer as potências disponíveis em kilowatts. Os americanos e os europeus, em geral, costumam exprimir em milhões de kilowatts, fornecendo, entretanto, a casa decimal que corresponde aos milhares de kilowatts.

Sôbre estoques e consumo, o C.N.E. falha completamente. Estou atualmente empenhado em obter um meio qualquer pelo qual se possa fornecer à Comissão Central de Preços uma informação periódica, com intervalo pelo menos de um mês, dos estoques dos principais alimentos do povo brasileiro, existentes nos nossos centros de produção. Até agora o Govêrno nunca conseguiu isso e não sei se, por intermédio da complicada máquina do C.N.E., me vai ser possível consegui-lo.

VIII — COMÉRCIO

- 1) Comércio exterior;
- 2) Comércio interior;
- 3) Balanço de comércio.

As extensas tabelas que o nosso Anuário publica dando as quantidades exportadas e importadas pelo País estão acompanhadas de notas que dizem que os quadros retificam os do Anuário anterior, o que já é uma dúvida lançada sôbre os resultados publicados pelo Anuário. Quando se sabe que são freqüentes no Anuário notas dêsse estilo, não é possível deixar de atribuir dúvidas a quase tudo o que o Anuário publica. Isso porque os outros Anuários estrangeiros não costumam fazer a mesma cousa, senão excepcionalmente. Os quadros que nosso Anuário fornece são muito incompletos.

A respeito de balanço de pagamentos, o Anuário americano fornece a posição dos Estados Unidos quanto a investimentos internacionais e quanto a transações internacionais, ao passo que o nosso apenas costuma fazer um restropecto das diferenças entre a exportação e a importação. A simples enumeração dessas diferenças evidentemente não basta como informação estatística.

IX — TRANSPORTE

- 1) Navegação marítima;
- 2) Navegação interior;
- 3) Navegação aérea;
- 4) *Tramways*;
- 5) Outros transportes por terra (auto-motores, bicicletas, etc.);
- 6) Tráfego;
- 7) Acidentes do tráfego;
- 8) Turismo;
- 9) Correios, telégrafos e telefones.

São muito precárias as informações que se encontram no Anuário do C.N.E. sôbre todos os aspectos acima enumerados, que dizem respeito aos transportes em geral. Nêle encontramos apenas parcas notícias sôbre os nossos correios, telégrafos e telefones. Êsses mesmos se prestam a uma consideração interessante. Enquanto que o nosso Anuário discrimina tôdas as espécie de correspondência e de telegramas, quanto ao serviço telefônico limita-se a dar o número de aparelhos, não fazendo qualquer menção das conversações, quer internas, quer externas, o que seria interessante para se conhecer o grau de utilização que os brasileiros vão fazendo, cada vez mais, das rêdes telefônicas. Quanto ao serviço telefônico urbano, não há nada sôbre o desenvolvimento em quilômetros das rêdes, além de que não se conhecem as cidades, que são numerosas, possuindo rêdes telefônicas.

Sôbre os outros aspectos dêste capítulo — transportes — deixo de fazer maiores considerações porque desde que me encontro na presidência do I.B.G.E. estou cansado de ouvir referências a uma futura organização das estatísticas de transporte.

O que existe neste particular é um incrível atraso, que coloca a estatística brasileira num dos últimos lugares do mundo.

X — INSTRUÇÃO PÚBLICA — EDUCAÇÃO NACIONAL

- 1) Ensino primário, secundário, profissional e superior;
- 2) Illetrados;
- 3) Universidades populares;
- 4) Livros, jornais e periódicos;
- 5) Bibliotecas;
- 6) Cinemas;
- 7) Museus;
- 8) Radiofonia;
- 9) Associações;
- 10) Esportes.

Quanto ao ensino primário, secundário e superior, etc., o nosso Anuário publica estatísticas tôdas anteriores ao ano de 1946. Apenas quanto ao Distrito Federal publica estatísticas do ano de 1948. Acaba de sair dos prelos do I.B.G.E. um grosso volume contendo muitos dados sôbre "O ensino do Brasil em 1944". Não há nenhum mapa ilustrativo da distribuição dos alunos inscritos nos diferentes ramos de ensino, de maneira que, com numerosas páginas, definindo o ensino em geral, o nosso Anuário consegue dizer muitíssimo menos do que, por exemplo, o compêndio estatístico italiano, que é riquíssimo em tabelas e resultados apresentados em forma tal, que qualquer um pode se inteirar imediatamente de tudo o que se faz na Itália, em matéria de ensino. O ensino artístico, que naturalmente se divide entre as diferentes artes, é englobado, não se podendo saber quantos são os alunos inscritos nos institutos de música, de pintura, de escultura, de decoração e de cenografia. Todos êsses ramos do ensino já são muito cultivados no Brasil, de um modo independente.

Tratando do ensino superior, o nosso último Anuário apenas diz que em 1946 concluíram os cursos 5 012 brasileiros. Não se sabe quantos foram os civis, quantos os militares, quantos foram os homens e quantas as mulheres. Não há indicação sôbre os professôres catedráticos ou livres docentes. Não há resultados discriminando, em qualquer ano acadêmico, os que se formaram em jurisprudência, em economia e comércio, em ciências políticas, em filosofia e letras, em medicina, em veterinária, em engenharia, em arquitetura, em ciências matemáticas, físicas e naturais, em farmácia, em agronomia, em química industrial, etc. Nosso Anuário contém apenas números secos, frios, de difícil interpretação. Sôbre as nossas Universidades, nada se encontra nêle. Desconhecemos os seus patrimônios, o número de alunos, a área das suas instalações e muitos outros elementos que figurariam, com grande utilidade, num repositório estatístico editado pelo Govêrno.

Quanto a livros, jornais e periódicos, as discriminações do Anuário limitam-se à localização, ao gênero e à publicidade. Quanto ao gênero, não trazem nada por onde se possa saber se nossas revistas, por exemplo, são literárias ou se são técnicas, quais as suas especialidades, quais as de assuntos militares, quais as de assuntos civis. Na secura dos seus números, nada dizem que possa ser interessante aos leitores.

As bibliotecas são grupadas por Estados e discriminadas, segundo a localização, entre bibliotecas das capitais e dos municípios do interior, em públicas e semipúblicas (?), em oficiais e particulares. Das bibliotecas especializadas, nada se sabe sôbre a especialização.

Sôbre a produção de livros no Brasil, isto é, sôbre o número de obras publicadas, o C.N.E. não faz estatísticas. Entretanto, todo o mundo sabe que, no Rio, em São Paulo, em Pôrto Alegre e em outras Capitais, são, todos os anos, editados livros sôbre os mais variados assuntos, como bibliografia, filosofia, pedagogia, história, geografia, literatura, direito, ciências políticas, sociais e econômicas, física, matemática, tecnologia, indústria, Exército, Marinha, Aeronáutica, economia doméstica, música, etc., etc. O C.N.E. nem se-

quer publica a estatística dos numerosos livros, revistas, boletins, etc., que edita.

A respeito de museus, o Anuário de 1950, referindo-se ao ano de 1948, declara que o quadro publicado não inclui os museus onde o público não pode entrar. Que museus são êsses? Quem os mantém? Quais são suas finalidades?

Sobre radiofonia, o Anuário de 1950 contém uma das poucas tabelas que podem ser consultadas com proveito, porque dá o número de estações existentes em cada Estado, embora, ao mencionar a potência máxima na antena e o tipo das faixas de irradiação, não nos permita saber a que estação se refere. Existe um bom quadro de programação anual dando os números absolutos e as porcentagens das horas de irradiação.

Finalmente, passamos a considerar os esportes e, entre êles, o futebol, que é o mais importante. Tirando o Rio de Janeiro e São Paulo, onde êsse esporte tem proporções extraordinárias, dando lugar a um movimento de dinheiro verdadeiramente impressionante, em tôdas as Capitais do Brasil e em numerosas cidades de todos os Estados, o futebol constitui um fenômeno social que não pode, de modo algum, ser desconhecido pela estatística. Isso é tanto mais verdade quanto o C.N.E. tem feito já várias tentativas para se aproveitar da parte que lhe devia tocar no impôsto sôbre diversões a que o futebol deveria estar sujeito, como diversão que é, para um grande público. Entretanto, nada existe sôbre o futebol no Anuário do C.N.E. Os Agentes Municipais de Estatística poderiam bem colher informações a êsse respeito.

XI — JUSTIÇA — CRIMINALIDADE E ANOMALIAS SOCIAIS

- 1) Justiça e criminalidade ;
- 2) Prostituição;
- 3) Estabelecimentos penitenciários;
- 4) Aplicação das leis para a proteção da criança;

O nosso Anuário apenas publica um quadro referente ao movimento do Supremo Tribunal Federal e outro dando o número de cartórios existentes nas unidades da Federação.

Nada diz sôbre o movimento do Tribunal Superior de Recursos, dos Tribunais Superiores dos Estados e sôbre os juízos cíveis, comerciais e criminais. Não se pode, portanto, pelo Anuário, fazer qualquer idéia sôbre o enorme movimento judiciário e de cartórios que existe em todo o território nacional. Entretanto, isso seria cousa facilíma de obter, por intermédio das Agências Municipais de Estatística. Se os Estados, por acaso, divulgam os dados dêsse movimento, não custava nada ao C.N.E. fazer um resumo dêles e incluí-los na parte referente à Justiça.

Quanto a Estabelecimentos Penitenciários, apenas o nosso Anuário se refere aos reclusos segundo o sexo, o estado conjugal, a instrução e os antecedentes, bem como aos condenados, segundo os motivos determinantes da condenação. Não menciona os que estão à disposição da autoridade judiciária, os

que são apenas detentos e os que estão sujeitos a medidas de prevenção, como o faz o italiano. Nada diz sobre a delinqüência de menores, nem mesmo dá qualquer informação sobre os estabelecimentos de reforma de menores, que entretanto existem no País.

Sobre falências apenas o Anuário cogita das que têm ocorrido nos últimos anos nas praças do Rio e de São Paulo, como se as que ocorreram nas outras numerosas praças do Brasil, onde existem Agências de Estatística, não fôsem dignas de menção.

XII — ADMINISTRAÇÃO

- 1) Eleitores e eleições;
- 2) Empreendimentos públicos;
- 3) Funcionários;
- 4) Exército e Marinha;
- 5) Armamento;
- 6) Polícia.

Sobre eleitores e eleições, os quadros publicados pelo nosso Anuário dão o eleitorado inscrito nas eleições para os Poderes Executivo e Legislativo federal, estadual e municipal, em eleições realizadas em algumas datas dos últimos anos. Mencionam o comparecimento de eleitores em algumas eleições e os resultados do pleito presidencial de 3 de outubro de 1950. Dão mais os resultados das eleições de governadores feitas na mesma data.

As informações sobre comparecimento às urnas dos diferentes grupos políticos, chamados partidos, bem como as abstenções, não são mencionadas.

Sobre empreendimentos públicos, já realizados ou em curso, nada consta no Anuário. Importantes obras rodoviárias, ferroviárias e de construção de usinas hidrelétricas, empreendimentos navais e industriais do Estado estão sendo executados e as nossas estatísticas nada dizem sobre o número deles, os locais, o número de técnicos e operários em serviço, bem como o montante dos capitais nêles empregados ou a empregar.

Sobre funcionários públicos, o Anuário só trata do pessoal civil da União, assim mesmo nas categorias de efetivos e mensalistas. Os milhares de diaristas que existem e pesam no orçamento federal, não são mencionados. Inexplicavelmente faz-se omissão total dos funcionários dos Estados e dos Municípios que são, todos somados, um verdadeiro exército e sobre os quais não seria difícil obter dados.

Há um completo silêncio relativo às Forças Armadas no nosso Anuário. O Anuário americano menciona os efetivos anuais da Marinha e do Exército (ali a Aeronáutica não é separada do Exército e da Marinha) e menciona também a despesa correspondente. Também inclui no seu Anuário os efetivos da Guarda Nacional e das Forças de Reserva. Menciona o número de navios em serviço e a sua tonelagem. Menciona o número de aviões. Menciona ainda o número de veteranos das antigas organizações militares, os pensionistas, os efetivos da Cruz Vermelha, etc. . . .

Tudo isso podia também ser feito em relação ao Brasil. Podia e devia, porque a Nação necessita conhecer êsses dados, que variam de ano a ano. Nenhum inconveniente, de ordem militar, pode haver na publicação dêsses dados, porque, se houvesse, as outras nações não os publicariam. É óbvio que, quando existisse um inconveniente qualquer na publicação de dados sôbre as Fôrças Armadas, o Anuário não o deveria publicar. O Anuário é uma publicação do I.B.G.E. que é um órgão da Presidência da República.

Quanto à polícia, o nosso Anuário contém um quadro sôbre as polícias militares, outro sôbre a guarda civil nos municípios das capitais e outro sôbre os corpos de bombeiros. A respeito dos corpos de bombeiros o Anuário desce à curiosa discriminação dos números de bombas, aparelhos químicos, escadas mecânicas, carros para transporte d'água, outros carros e mangueiras e mangotes existentes em alguns municípios. Êsse quadro é entretanto muito incompleto. A polícia civil, a guarda civil, a polícia marítima e outras corporações, que existem no nosso País, não estão mencionadas.

XIII — CONJUNTURA ECONÔMICA

- 1) Estatística sôbre o estado e o movimento dos negócios;
- 2) Análise dos mercados

Sôbre êste assunto limito-me a dizer que a Fundação Getúlio Vargas chamou a si a elaboração de uma revista em que a nossa Conjuntura Econômica é apresentada corretamente, por técnicos que conhecem o assunto e pesquisam, nas fontes apropriadas, os dados necessários. O C.N.E. não cogitou disso.

* * *

Examinei, assim, ao longo de 13 pequenos capítulos, todo o programa das estatísticas modernas, segundo a bibliografia estatística internacional.

Encontrei em quase tudo a insuficiência, a precariedade, o atraso do nosso Anuário em confronto com os Anuários das outras nações. O Anuário do C.N.E. não contém um mapa sequer, ao passo que os outros Anuários estrangeiros estão cheios dêles.

No ponto de vista gráfico, como livro bem impresso e bem encadernado, o nosso Anuário é excelente. Mas como repositório estatístico, que pretende descrever a vida palpitante do Brasil, positivamente o nosso Anuário está abaixo da crítica. Sômente posso explicar isso pelo fato de ser êle o produto elaborado por uma instituição onde não são técnicos os que falam, os que dirigem e os que mandam e sim, em geral, meros burocratas, distanciados enormemente do conhecimento daquilo que é a estatística moderna.

3.^a — NOSSAS ESTATÍSTICAS SÃO DE DUVIDOSA PRECISÃO

Seria afirmar um truísmo se eu quisesse dizer que a precisão de nossas estatísticas é apenas duvidosa. Tôda estatística é mais ou menos duvidosa,

mesmo quando são tomadas providências muito especiais para limitar os *bias* que viciam naturalmente todo e qualquer levantamento estatístico.

O que, na realidade, quero dizer, é que as nossas estatísticas são *muito duvidosas*, em virtude dos numerosos *bias* que as enfermam.

O processo da “enumeração completa” das cousas ou dos seres, ou dos fatos, ou, digamos, dos universos a investigar, no ponto de vista estatístico, é o único processo seguido no Brasil. O C.N.E. é um paladino dêsse processo que, entretanto, é um processo inaplicável, estatisticamente falando.

Em qualquer país mais adiantado que o Brasil, em que se quisesse fazer isso, o resultado seria um desastre e justificaria amplamente a incredulidade que, em relação às estatísticas, tiveram muitos homens eminentes, até os fins do século passado. Cito apenas AUGUSTO COMTE e DISRAELI, mas há muitos outros, dos quais no momento não me recordo. E a estatística estaria fadada a permanecer eternamente em situação de mediocridade, se não houvesse surgido um movimento científico renovador que elevou a estatística a um nível de relativa precisão.

Hoje a Estatística é uma disciplina em grande parte matemática, cujo fim é o “ideal formal de tomar conhecimento das relações funcionais que ligam o conjunto dos fatores mensuráveis suscetíveis de dar, a cada instante, uma representação exaustiva do universo” (ANDRÉ G. LAURENT — “Le méthode statistique dans l'industrie”).

Há um método para a Estatística, que é o método experimental. Consiste em considerar constantes alguns dos fatores acima referidos, deixando variar os demais, de modo a se poderem descobrir as causas de certos fatos observados.

É claro que êsse método não pode conduzir a resultados rigorosos. O que se pretende, porém, é atingir um grau de aproximação útil.

Seria absurdo pretender que um método qualquer de observação nos fornecesse uma precisão superior à que é inerente aos aparelhos de medição que se empregam.

O método estatístico é adaptado ao caso em que a variação dos fatores não pode ser convenientemente controlada. Em virtude disso, as observações devem ser tomadas como elas vêm ao observador. As conclusões são as que se podem delas tirar razoavelmente. Por isso, o método estatístico é o método das ciências de observação.

Desejo citar aqui um trecho da introdução do pequeno porém excelente livro acima referido. Tratando do domínio da técnica, diz o autor:

“Nesse domínio, tôda informação fornecida pela observação, não repouando senão sôbre um número limitado de dados que não esgota jamais a totalidade do real, não pode formular julgamento, a não ser por *indução*, isto é, por meio dêsse “processo lógicamente arriscado” que consiste em tirar conclusões, de alcance geral, a partir de informações incompletas e particulares.

Todo técnico é consciente da incerteza de conclusões formuladas em tais condições e procura naturalmente reduzir essa incerteza. Tal é o característico do “espírito científico”. O caráter original do método estatístico resulta de que um de seus objetos essenciais é a medida daquela incerteza e de que essa medida é ali fundada exclusivamente sôbre a informação numérica

trazida pelas observações; também se tem podido definir a estatística como “o método de medida da incerteza das conclusões indutivas”.

Mesmo quando ela limita seu objetivo à descrição dos fenômenos, a estatística se aplica em escolher os modos descritivos suscetíveis de caracterizar os elementos descritos com o mínimo de incerteza.”

Verifica-se, portanto, pela opinião dêsse autor, confirmada aliás por numerosos outros autores que figuram na grande bibliografia moderna sôbre estatística, que a imprecisão ou incerteza inerente a todo levantamento estatístico deve ser cuidadosamente vigiada, em cada caso, para que se possa reduzi-la às suas mínimas proporções. A luta contra os *bias* deve ser contínua e aprofundada, mediante o estudo tão completo quanto possível da área ou das áreas em que se realizam os levantamentos estatísticos e das possibilidades de *bias* que nêles podem ocorrer. Fora disso, não se poderão conseguir senão defeituosíssimos levantamentos, cuja utilidade fica tão pequena, que mais valeria reduzir as estatísticas de uma nação aos meros censos nacionais.

Impõe-se, porém, ao contrário disso, que o território de uma nação seja dividido em um certo número de “zonas de amostragem”, as quais possam ser estudadas melhor, nos intervalos dos censos nacionais, para se conhecerem, com a precisão possível, certos elementos cujo conhecimento é necessário.

O ilustre Professor GIORGIO MORTARA é de minha opinião, quanto às falhas do nosso sistema estatístico, que tornam as nossas estatísticas de duvidosa precisão. Apenas o Professor MORTARA é mais radical que eu em seu julgamento.

Vejamos, para citar um exemplo, o que êle escreveu na nota introdutória ao estudo sôbre “Números índices dos preços e das quantidades no comércio exterior e de cabotagem”, publicado recentemente pelo I.B.G.E. Ê o seguinte:

“1. Não precisa ser demonstrada a conveniência de se calcularem para o Brasil números índices gerais dos preços por atacado e de varejo, como são calculados em todos os países dotados de uma *suficiente organização de estatísticas econômicas*.

Mas as falhas do sistema estatístico brasileiro nesse domínio são de tal gravidade que tornam árdua, senão impossível, essa tarefa, especialmente se fôr visado o objetivo de tomar como referência para o cálculo dos números índices um período de relativa estabilidade econômica, isto é, necessariamente, um período anterior à segunda guerra mundial ” (Os grifos são meus).

Mais adiante diz:

“As análises feitas sôbre os dados de quantidade parecem demonstrar que nem sempre as estimativas estão suficientemente aproximadas da realidade e que, de outro lado, o constante esforço do Serviço que elabora essas estimativas, para melhorá-las, *torna mais duvidosos os resultados das comparações* através do tempo, podendo um aparente aumento da produção corresponder apenas à inclusão, na estimativa, de elementos anteriormente excluídos ou à retificação de dados de rendimento médio unitário demasiado baixos, e uma aparente diminuição, às circunstâncias opostas.

Encontraram-se, também, *razões de dúvidas* no que concerne aos preços adotados como bases das estimativas do valor da produção, os quais *nem sempre parecem corresponder* à marcha dos mercados. Entretanto, as variações dos preços nos últimos catorze anos — período incluído na pesquisa — tiveram tanta amplitude que as *eventuais falhas* das estimativas dêsse preços, se não forem *excepcionalmente graves*, não poderão perturbar a visão da

tendência geral dos preços, mas apenas causar incertezas nas comparações entre anos próximos, especialmente para algumas mercadorias, isoladamente consideradas.

Em vista da extrema dificuldade de uma retificação das estatísticas da produção, apropriada para aproximar mais da realidade os respectivos dados de quantidade e de valor, é possível que os cálculos de números índices efetuados pelo Engenheiro MAGALHÃES fiquem definitivos, aproveitando-se os resultados de suas análises críticas para o aperfeiçoamento dos critérios de estimativa nos próximos anos. (Os grifos são meus).

Depois há um período que diz:

“Faltam, absolutamente, elementos para qualquer contrôlo dos dados de quantidade; e os dados de preço, que em muitos casos poderiam ser controlados (e, de fato, o são) com referência à partida individual de mercadoria, não admitem sério contrôlo quando considerados na massa. Uma opinião difusa é a de que, em alguns casos, os exportadores declaram valores inferiores aos efetivos, e os importadores, valores superiores aos efetivos, para constituírem reservas de divisas no exterior ” (Os grifos são meus).

Essas opiniões do Professor MORTARA me parecem certas, porque estão generalizadas em todo o Brasil.

A amostragem não é, como certos funcionários do C.N.E. pensam, um método meramente estimativo de se fazer estatística.

Basta abrir qualquer tratado de estatística moderna, entre os numerosíssimos que são conhecidos no Brasil, para se ver logo que a amostragem, ou o método representativo, é perfeitamente adequado a qualquer nação, mesmo àquelas que, pelas suas densidades populacionais e seus grandes progressos, estariam em melhores condições para tentar uma enumeração completa. O C.N.E. nem sequer sabe que o que êle faz, na realidade, é amostragem... mal feita.

O Professor P. C. MAHALANOBIS, do Instituto Estatístico da Índia, em recente trabalho lido na reunião de Nova Delhi, entre muitas outras cousas, disse o seguinte:

“Quando a população consiste num número infinito ou indefinidamente grande de elementos, não é possível o estudo de todos os elementos individualmente. Tudo o que pode ser feito é estudar uma porção ou uma amostra da população.”

O termo “população” é aí empregado por MAHALANOBIS no sentido de agregados ou conjuntos quaisquer. De resto, êsse sentido é o mesmo de todos os mestres da estatística.

O C.N.E., desde o início de seus inquéritos estatísticos anuais, que já sobem ao número de 15, enveredou, entretanto, pela “enumeração completa”, tentando, através de questionários numerosos e por meio de agentes estatísticos municipais que muitas vêzes não estão sequer em condições de compreender as perguntas que devem responder, alcançar o impossível.

Apesar de judiciosas advertências que estão feitas no livro do Professor GIORGIO MORTARA, denominado “Curso Elementar de Estatística Aplicada à Administração”, mantém-se sempre refratário ao método da amostragem. Preferindo sempre a “pesquisa completa” que, entretanto, era praticamente incapaz

de fazer, o C.N.E. deixou de realizar numerosos e utilíssimos levantamentos de amostragem, que continuam a fazer grande falta ao País.

Deve haver, entretanto, um motivo para essa atitude dos dirigentes do C.N.E. Esse motivo está para mim perfeitamente esclarecido. Quase todo o corpo de funcionários de categoria é formado por pessoas que não têm instrução suficiente para trabalhar fora do antigo método da pesquisa completa, o qual, como disse, não pode absolutamente servir, porque é impossível de ser executado sem grandes deficiências.

A precisão dessa pesquisa completa é sempre muito diminuta, porque está influenciada por um número incalculável de *bias*.

A amostragem bem conduzida permite calcular o erro médio do resultado médio da amostra. E esse mesmo erro pode ser reduzido pela realização da escolha conveniente das amostras, previamente selecionadas no universo observado.

Assim procedem os países onde a estatística é um fato, onde há estatísticos de verdade, recrutados de preferência entre pessoas de formação matemática e não de simples formação secundária, ou mesmo primária, desacompanhada de treinamento científico em trabalhos práticos.

Como bem observa o professor **GIORGIO MORTARA**, o procedimento estatístico moderno consiste em formar esquemas abstratos dos fenômenos coletivamente típicos. Formado esse esquema, diz o professor **MAHALANOBIS**: é possível prever as propriedades de qualquer amostra tirada da população, propriedades que podem ser verificadas pela observação atual.

Assim, acrescenta **MAHALANOBIS**, “a estatística teórica fornece um método geral de inferência científica, através do ciclo familiar de observação, hipótese, predição e verificação”.

A maioria das estatísticas que o Anuário Estatístico do Brasil publica se origina dos inquéritos realizados pelo sistema das Agências Municipais, cujo elevado número tem sido enfaticamente apresentado como a máxima qualidade ou virtude ibgeana.

Se tôdas essas Agências fôsem realmente o que se diz delas, então o Conselho Nacional de Estatística teria à sua disposição um grande manancial de informações, tão abundante e tão extenso que realmente deveria fornecer ao país, pela amostragem, tudo o que, em matéria de estatística, o país deseja e precisa conhecer.

É preciso, entretanto, notar que, nesse caso, seria indispensável que o C.N.E. contasse com um corpo numeroso, bem instruído e bem treinado, de técnicos capazes de realizar a apuração completa de todo o imenso material coletado.

Isso não se dá, porém, e considero uma temeridade entregarem-se tantas observações, que nos custam tão caro, a um grupo de pessoas que absolutamente não foi preparado para planejar e executar tão ingente tarefa.

Numerosas *bias* existem na atividade das Agências Municipais de estatística.

Os agentes, devido à pequena remuneração que têm, costumam ocupar-se em outros afazeres nas cidades onde servem, de modo que não poderiam, mesmo que o quisessem, conhecer suficientemente a área que está sob sua responsabilidade.

Em sua maioria, os agentes municipais não estão em condições de fazer um preenchimento correto dos questionários, por lhes faltar a necessária instrução. Devido às distâncias em que residem muitos dos informantes, e devido à falta de transportes, os agentes são obrigados a enviar os questionários aos informantes, que também nem sempre estão em condições de compreender e responder bem às excessivas perguntas que lhes são feitas. Os questionários são devolvidos aos agentes com vários defeitos, incorreções, etc.

Existe uma tendência natural em cada agente para exagerar a importância econômica e social do Município, como existe também a tendência natural dos informantes de sonegarem tôdas as informações que lhes parecem destinadas a cair nas mãos do fisco municipal, estadual ou federal. Neste particular, seria por exemplo interessante confrontar os dados da produção, que o Banco do Brasil possui em muitos municípios, com os que possuem as agências municipais. É óbvio que os dados do Banco do Brasil são mais fidedignos, porque êsse estabelecimento de crédito possui um corpo especializado de fiscais. Haveria muitos outros aspectos que eu poderia abordar, com o fim de mostrar quão baixa é a precisão inerente às estatísticas feitas pelo C.N.E. Isso seria prolongar demasiadamente a exposição que venho fazendo sôbre elas. Entretanto, não quero deixar de me referir às imensas dificuldades que o Serviço Nacional de Recenseamento tem encontrado na apuração do censo econômico e do censo agrícola, dois aspectos dos mais importantes para o País. Poder-se-ia dizer mesmo que êsses são os censos vitais, aquêles que têm primazia sôbre todos os outros, porque êles se referem aos próprios meios de sobrevivência da Nação.

Se examinarmos os boletins da Secção Comercial do Censo Econômico, que é apenas um aspecto dêsse importante censo, ficaremos impressionados com o número elevadíssimo de “fôlhas de êrro” existentes. São quase 60% os boletins que têm fôlhas de êrro anexas.

Não foi possível, como se compreende imediatamente, corrigir os erros que foram constatados pelo pessoal da crítica, de maneira que os boletins se tornam praticamente de impossível apuração, a não ser que se queira apurar assim mesmo, com a elevada porcentagem de erros que mencionei.

Os questionários distribuídos aos Bancos foram coletados com uma quantidade enorme de erros. Mal foi possível apurar os saldos existentes nas centenas de Bancos do País. Uma cousa importantíssima, que a Nação precisaria conhecer, era a distribuição de créditos bancários feita à indústria, ao comércio, à lavoura e à pecuária.

Por essa distribuição, poderíamos ficar conhecendo o que há de verdade nas eternas reclamações que são lidas nos jornais contra os nossos estabeleci-

mentos de crédito, geralmente e muitas vezes injustamente apontados como inimigos das classes trabalhadoras.

Além desse aspecto, referente ao censo econômico, haveria muito a dizer-se sobre o Censo Agrícola, no qual a porcentagem de “fôlhas de erro”, anexas aos boletins recebidos das agências municipais, é igualmente impressionante, tornando, do mesmo modo, difícil, senão impossível, a apuração mecânica, que é da responsabilidade do Serviço Nacional de Recenseamento.

As máquinas modernas, que o C.N.E. usa, não podem tirar de dados tão precários senão um resultado igualmente precário, por mais que se esforce o pessoal que nelas trabalha.

Quem tiver dúvidas sobre aquilo que estou afirmando, deve procurar informar-se convenientemente, antes de proferir qualquer palavra em defesa dos nossos censos econômicos e agrícolas, cujos resultados são divulgados em boletins estatísticos ou no nosso Anuário.

Poderia eu continuar indefinidamente a crítica construtiva que venho fazendo do sistema adotado pelo C.N.E. para fazer os levantamentos estatísticos em todo o Brasil. Seria isso fatigante para mim e para aqueles que tiverem de ler este meu trabalho. Não me furto, entretanto, ao prazer de citar uma passagem que é quase uma anedota, com o que porei ponto final neste capítulo.

Em certo momento, o Departamento de Saúde do Estado de Santa Catarina divulgou os dados sobre a mortalidade no Município de Lajes e outros Municípios vizinhos. Tratava-se, de fato, de uma região de excelente clima, mas o caso é que o índice de mortalidade apresentado oficialmente, pelo citado Departamento, era tão baixo que chamou a atenção dos médicos da Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo.

Duvidando de tais dados, êsses médicos escreveram ao Departamento catarinense perguntando se não haveria ali algum engano. Foi-lhes respondido, porém, ao fim de algum tempo, que um técnico do C.N.E. havia controlado pessoalmente as anotações do registro civil e que, portanto, a taxa de mortalidade, que se baseava nessas anotações e nos resultados censitários obtidos em 1940, para a região, estava perfeita.

Era tão sensacional o fato, que a Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo achou melhor enviar um dos seus membros para verificar diretamente o caso.

O resultado a que se chegou é notável. A taxa tinha sido calculada em função dos óbitos de pessoas sepultadas nos quatro cemitérios municipais existentes. Mas, além desses, havia na região sessenta e três outros cemitérios particulares que não foram levados em conta . . .

Uma estatística que só leva em conta os defuntos que morreram sob os sacramentos da lei e que timbra em desconhecer a existência dos cemitérios particulares, quando êstes são em grande número em todo o interior, não é uma estatística que mereça ser levada muito a sério.

4.^a — NECESSITAMOS DE MAIS TÉCNICOS

Antes de mim, quem disse que necessitamos de mais técnicos foi o ilustre estatístico brasileiro Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, ex-Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística e Presidente da Sociedade Brasileira de Estatística.

Esse eminente brasileiro teve a bondade de proferir um grande discurso por ocasião da minha posse no cargo de Presidente do I.B.G.E., com honrosas e generosas expressões e na presença de grande número de pessoas, inclusive representantes da imprensa.

Esse discurso contém tópicos de que sou obrigado a me servir agora, porque os meus detratores e caluniadores entenderam de proclamar que eu estava tentando “destruir a obra de TEIXEIRA DE FREITAS”.

Cito a seguinte passagem:

“É ainda exigência *inadiável* das responsabilidades técnicas do Instituto o preparo do material humano para renovar os quadros técnicos, de estatísticos e geógrafos, de que o *próprio Instituto* e inúmeras outras organizações públicas e privadas precisam dispor. *Pouco se tem feito nesse sentido* e entretanto o *progresso científico*, de que ao Instituto cabe a principal responsabilidade, *não será possível* se não fôr conseguido, *quanto antes*, se desenvolva, tanto nos cursos gerais, como nos especializados, o ensino da estatística. Sobretudo a formação universitária capaz de abastecer os corpos de especialistas de alto nível, *tão necessários* ao Brasil no campo da estatística na qualidade de analistas, docentes, planejadores e diretores de serviços técnicos.”
(Os grifos são meus).

No desenrolar da controvérsia que se levantou em torno de algumas sinceras, verdadeiras e claras afirmativas que fiz sobre o que são os estatísticos brasileiros, do I.B.G.E., em sua maioria, não encontro melhor, nem mais valioso, nem mais leal apoio do que as palavras que o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS proferiu, com a sua habitual vibração, no dia em que assumi a presidência do I.B.G.E.

Felizmente, possuo muitos outros depoimentos valiosos sobre a falta de um grupo suficiente de técnicos no C.N.E., falta que nos impede de enfrentar problemas estatísticos destinados a resolver certos problemas nacionais. As estatísticas brasileiras, como ensina o grande mestre TEIXEIRA DE FREITAS —

“falharão enquanto não puderem informar regularmente e com segurança os índices da vida local e regional, através dos coeficientes de densidade”

Não sei bem o que sejam os “coeficientes de densidade”, mas acredito que isso queira significar algum elemento preponderante no estudo da população e da economia regional.

O ilustre Dr. TEIXEIRA DE FREITAS foi de uma precisão admirável quando me alertou, no seu grande discurso, que a minha tarefa não seria simples, fácil ou *tranqüila*. Disse-me que ela ia ser para mim —

“um pôsto de lutas, um *alto comando* que lhe exigirá as mais ágeis iniciativas de manobras, a par de impávidas *resistências* e uma serena habilidade, suma prudência e incansável cuidado no afastar as dificuldades, tanto internas como externas, que se lhe depararão dia por dia, — que digo? — hora por hora. E não faltarão *pedras* que lhe sejam jogadas no caminho . Nem arma-

dilhas perigosas a dominar. Certamente V. Ex.^a, homem experiente a serviço do bem público, conhece bem nossas condições sociais e políticas e não terá ilusões a este respeito ”

Mais uma vez digo, aqui, que o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS tudo previu, de tudo me alertou, como quem conhecia perfeitamente a gente com quem lidava. Possuindo eu uma grande dose de boa fé, sòmente aos poucos, em 8 meses, fui conhecendo os meus auxiliares do Conselho Nacional de Estatística e alguns que por êle já tinham passado. Dia por dia, ia encontrando as cabeças a que correspondiam as “carapuças” que o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS me havia tão nobre e lealmente oferecido. Fico agora pensando se não existirá uma relação entre as palavras proféticas do Dr. TEIXEIRA DE FREITAS e a sua atitude, retirando-se do I.B.G.E. em 1947 e não aceitando a sua presidência, que lhe foi oferecida pelo Senhor Presidente da República, em 1951.

Os maus fados quiseram que viesse a ser eu a pessoa em cujas mãos viria parar uma organização tão cheia de “dificuldades, tanto externas como internas” e tão cheia também de “pedras no caminho”, onde eu teria de usar de “impávidas resistências” num “pôsto de lutas”.

Lamento apenas que o Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, dizendo-me tantas cousas estranhas, que me iriam acontecer, como de fato aconteceram, não se tenha lembrado de me dizer os nomes dos “*de cujus*”.

Feita essa referência, quero tratar pròpriamente do assunto da falta de técnicos no C.N.E.

A palavra *técnico* está ligada a uma ciência qualquer, de modo que, quando se diz *técnico*, deve-se imediatamente dizer qual a ciência a que se refere. O piloto é um técnico porque estudou e aprendeu, numa Escola de Marinha ou de Aeronáutica, a arte de dirigir um navio ou um avião. O engenheiro civil pode ser técnico de muitas cousas, não pelo fato de ter o curso de uma escola superior de engenharia, e sim pelo fato de conhecer construção civil, hidráulica ou outros ramos da engenharia em que se tenha especializado. Pelo fato de ter o curso de engenharia civil, não é necessariamente um electrotécnico, nem um radiotécnico. Por ser engenheiro geógrafo, não é necessariamente um fotogrametrista ou um geodesta. Em suma, um técnico, na acepção verdadeira dêsse vocábulo, é algo muito diferente de um “doutor”, na acepção brasileira que se dá a êsse têrmo. Há mesmo o fato de se dar o título de doutor a quem não tem o curso superior, e de técnico, a quem não sabe praticar nenhuma espécie de técnica. São cousas do Brasil. . .

Aquilo de que o I.B.G.E. necessita, e muito, são técnicos que tenham estudado estatística, teórica e praticamente, em alguma escola onde essa disciplina seja ensinada com orientação moderna e com o fim de preparar jovens dos dois sexos para os trabalhos estatísticos e atuariais, que aumentam cada vez mais no nosso país, como decorrência do aumento das indústrias, das companhias de seguro, das atividades bancárias, da produção agropecuária e da administração pública federal, estadual e municipal. Em conseqüência

do progresso do país, cada vez mais se impõe a existência de escolas de economia em cujos programas a estatística ocupe lugar saliente.

É necessário valorizar êsses cursos, dando aos que nêles se diplomam oportunidades para colocações.

O C.N.E., entretanto, permanece indiferente ao movimento que se opera nos círculos educacionais da Nação, porque mantém um corpo de funcionários em que predominam os meros burocratas, que nunca estudaram economia ou estatística, e que entretanto são os funcionários mais altamente colocados na carreira.

Alguns possuem curso superior de direito ou de medicina, cousas que absolutamente não têm relação com a estatística ou a economia. Outros possuem somente o curso secundário e outros não passaram do nível dos estudos primários. Há alguns que pretendem ser formados no "Curso Bulhões de Carvalho" ou nos "Cursos Hollerith". Ora, êstes dois últimos cursos, não tendo existência oficial e não tendo sido senão cursos de adaptação para candidatos a empregos, não podem absolutamente ser considerados como cursos de formação de estatísticos capazes de se encarregarem de trabalhos de responsabilidade. Impunha-se que escolhêssemos os nossos técnicos estatísticos entre os que tivessem cursado as Faculdades de Filosofia ou os Institutos de Economia das Universidades que possuem tais Institutos.

Mais ainda, conviria que os possuidores dos mencionados cursos, uma vez incluídos nos quadros funcionais do C.N.E., fôsem enviados para os Estados Unidos a fim de se aprimorarem na teoria e na prática dos métodos estatísticos.

Somente assim, e ao cabo de vários anos, ser-nos-ia possível sair do estado primitivo em que nos encontramos, em matéria de estatística, para um estado de eficiência real. Somente assim poderíamos "medir" as nossas condições demográficas, econômicas, sociais, educacionais, etc., de um modo que nos possibilitaria tomar decisões, planejar, verificar, em uma palavra — "medir" as verdadeiras proporções das nossas realidades.

É assim que procedem as nossas classes armadas, que, apesar de possuírem uma oficialidade oriunda de excelentes escolas de formação, ainda a submetem a um contínuo trabalho de aprimoramento da instrução profissional, por meio de cursos feitos no país e no estrangeiro.

A superioridade marcante que existe no pessoal do Conselho Nacional de Geografia sobre o do Conselho Nacional de Estatística provém de que o primeiro tem sido submetido a uma educação científica ministrada por eminentes professôres franceses e americanos, ao passo que o segundo tem sido segregado de qualquer aperfeiçoamento, com algumas raras exceções.

Uma destas exceções é a do Sr. LOURIVAL CÂMARA, que nomeei últimamente Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Êsse funcionário, depois de um longo tirocínio nos nossos serviços estatísticos, com os quais nunca se conformou aliás, foi enviado aos Estados Unidos onde permaneceu por um ano e onde se familiarizou com os novos

métodos estatísticos usados naquele grande país. De regresso ao Brasil, quis eu que os ensinamentos que dali trouxe fôsem disseminados entre um maior número de estatísticos do C.N.E. Determinei ao Conselho Nacional de Estatística que procedesse rapidamente à instalação de cursos de aperfeiçoamento para os funcionários que tivessem uma fundamentação teórica capaz de lhes permitir acompanhar o estudo principalmente da amostragem, que é o método moderno de se fazer estatística, conforme o exemplo dos países mais adiantados e o ensinamento dos grandes mestres. A atitude do Conselho Nacional de Estatística em relação a essas idéias de progresso tem sido sempre a mesma, variando entre a descrença e a resistência. Tornou-se para mim evidente que a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística não queria que se introduzisse nas estatísticas do I.B.G.E. nada de novo que viesse perturbar a rotina dentro da qual vinha vivendo há 15 anos. A rebelião manifestada por um grupo de funcionários do C.N.E., os chamados demissionários, que tiveram o objetivo de tentar derrubar o Presidente por meio de uma greve, ou um “golpe”, comporta uma explicação baseada precisamente nessa minha tentativa de dotar a estatística oficial de equipes técnicas capazes de fazer progredir os nossos inquéritos econômicos, demográficos e da produção muito além do estado em que eles se acham. Mas a incapacidade que encontrei no Conselho Nacional de Estatística não foi apenas técnica. Administrativamente falando, deparei com um pessoal superior geralmente viciado, indiferente ao rendimento burocrático dos serviços e preocupado principalmente com o endeusamento da Instituição e de seus Chefes atuais e antigos, porque êsse seria o melhor meio de se resguardar contra as acusações e as críticas que iam aos poucos surgindo de todos os lados.

O relatório escrito pelo atual Secretário-Geral contará mais alguns detalhes sobre os técnicos do C.N.E., cuja insuficiência proclamo aqui mais uma vez.

Devo dizer finalmente que o Dr. LOURIVAL CÂMARA é autor de um trabalho intitulado “Exame crítico da estatística brasileira”, que constitui um depoimento sincero de um homem de bem, que sempre pensou da maneira como pensa agora, e que é um técnico, na boa acepção do termo.

Tendo aprendido estatística nos Estados Unidos, foi ali discípulo dos melhores professôres e, tendo praticado estatística moderna, depois de ter durante muitos anos trabalhado nas estatísticas brasileiras, teve o mérito de lançar sobre o papel, com tôda clareza, um grande número de afirmações que, de um modo geral, podem ser mantidas, como expressão da verdade, perante qualquer pessoa, desde que seja entendida no assunto.

5.^a — NECESSITAMOS REFORMAR O SISTEMA ESTATÍSTICO BRASILEIRO

Passo agora a tratar da necessidade, que julgo existir, em vista de todos os males apontados nas minhas quatro primeiras afirmações, de uma reforma geral no sistema estatístico brasileiro. Já disse, e repeti muitas vêzes, que

não tenho um plano já elaborado para essa reforma, a qual, como também já disse e repeti, deveria ser primeiro estudada por técnicos, aos quais seria cometido o encargo de elaborar um anteprojeto. Esse anteprojeto teria de ser submetido à apreciação do Governo e só depois de aprovado poderia ser pôsto em execução.

Isso que acabo de dizer parece desnecessário, porque, num País organizado, nenhum Chefe, Presidente ou Diretor, pode fazer por si só uma reforma num Serviço Público. Mas é que os meus detratores e caluniadores continuam a apregoar que eu estou já realizando uma reforma, que estou destruindo a construção do grande estatístico brasileiro TEIXEIRA DE FREITAS e dos seus não menores êmulos RAPHAEL XAVIER, WALDEMAR LOPES, etc. Com essas calúnias não me impressiono, como não me impressiono também com o fato, pelos meus caluniadores tantas vêzes reproduzido, de que qualquer palavra minha possa ocasionar a denúncia dos convênios de estatística, feitos com os municípios de todo o País.

Devo dizer que a mais penosa das impressões que sempre tive, como Presidente do I.B.G.E., foi a de que o Conselho Nacional de Estatística tremia da cabeça aos pés e entrava em histéricas manifestações de nervosismo, cada vez que uma Prefeitura anunciava a sua intenção de denunciar os convênios. Ora, é realmente motivo de admiração contemplar a fragilidade que assim parecia existir nos convênios, que são geralmente tidos como a obra genial, insuperável, intocável, de TEIXEIRA DE FREITAS.

Tenho sérias dúvidas sôbre a constitucionalidade dêsses convênios, porque lendo a Constituição Federal, à luz dos conhecimentos que hauri na cadeira de Direito Constitucional do meu velho curso da Escola Militar, não encontro sólidos fundamentos para aquêle Convênio que, feito no regime de uma Constituição anterior, não foi ratificado pelos Municípios, depois do advento da Constituição de 1946. A capacidade constitucional de decretar o impôsto sôbre diversões públicas pertence exclusivamente aos Municípios. Essa é a doutrina clara do artigo 29 da Constituição atual. O artigo 28 da mesma Constituição declara que a decretação, a arrecadação e a aplicação dêsse impôsto sôbre diversões é uma faculdade ligada à autonomia dos Municípios. Aliás, êsse é um dispositivo tão claro como água. Mas se não o fôsse, e se dependesse de interpretações jurídicas, eu poderia citar a opinião do eminente jurista brasileiro Dr. THEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI, o qual, em parecer datado de 20 de abril de 1949, respondendo a um dos quesitos que lhe haviam sido formulados pelo I.B.G.E., assim se expressou:

“Resposta à 2ª questão — O Município pode mediante acôrdo atribuir a outra entidade a execução de um serviço, principalmente quando êste se articula com os de natureza idêntica executados por outras unidades. Não pode, entretanto, delegar a arrecadação de um tributo de sua própria competência, em face do que dispõe o artigo 28 II-a da Constituição”

Resulta portanto para mim uma forte impressão de que o tremor convulsivo que costuma apoderar-se do Conselho Nacional de Estatística, quando surge uma denúncia dos convênios, não passa da sensação subconsciente de

que o mesmo Conselho se mantém numa situação instável, porque inconstitucional.

Daí o seu afã em pedir pareceres mais ou menos caros aos nossos jurisconsultos. Na verdade o C.N.E. já obteve uma decisão favorável aos seus propósitos de arrecadar, êle mesmo, os impostos sôbre diversões que, como vimos, pertence legítimamente aos Municípios. Essa decisão, entretanto, não passou ainda em julgado e suponho que não passará, de tal modo ela atenta contra o espírito e a letra do preceito constitucional que define a autonomia dos Municípios.

Tenho dúvidas também sôbre a legitimidade do fato do Conselho Nacional de Estatística imprimir o sêlo mediante o qual é cobrado o impôsto sôbre diversões em todo o País. Parece-me que a Casa da Moeda é quem devia imprimir êsse sêlo, cuja venda deveria ser feita nas Coletorias Federais, devolvendo a União aos Municípios a totalidade das importâncias arrecadadas, isso mesmo se os Municípios não preferissem adotar outros processos de arrecadação.

O fato de o Conselho Nacional de Estatística ter chamado a si todo o serviço relativo ao impôsto de diversões, resultou num aumento muito grande de trabalho, ocasionando maiores despesas com pessoal e material, despesas que podiam ser evitadas.

Tudo isso onera as nossas estatísticas, contribuindo para o seu encarecimento.

Finalmente tenho sérias dúvidas sôbre se o sistema estatístico do Brasil é o melhor que poderíamos ter adotado. Se as pessoas que o implantaram fôsem realmente grandes autoridades em Estatística, isto é, conhecedores da ciência estatística, estou certo que teriam feito as cousas de modo diferente, ajustando o sistema estatístico nacional às circunstâncias políticas do país e às disposições vigentes de nossa Constituição.

Na realidade as cousas se passaram de modo muito diferente. Não houve uma sequer, entre as pessoas que foram, ou passaram como tendo sido, autores do nosso sistema estatístico, que tenha jamais escrito qualquer coisa parecida com um livro de Estatística, ou que tenha cursado qualquer escola, onde tivesse aprendido a ciência estatística.

Os pseudos autodidatas são muito comuns no Brasil não porque sejam realmente autodidatas, isto é, que aprenderam nos livros, mas sim porque se supõe tenham sido mestres de si mesmos.

Ora, ninguém pode ser mestre de si mesmo, porque a maestria supõe uma superioridade, e não pode um indivíduo ser tido, sob qualquer aspecto, como superior ao que realmente é. *Ex nihilo nihil*, diziam os discípulos de LUCRÉCIO e de EPICURO.

Então, está provado que falta aos instituidores do nosso sistema estatístico uma autoridade, que tenha de ser aceita como a última expressão da ciência.

Interponho minhas grandes dúvidas a êsse respeito, dúvidas que se originaram em conversações que tive com o pranteado Dr. CARNEIRO FELIPE e que foram plenamente confirmadas pela minha observação, desde que assumi a Presidência do I.B.G.E.

*
* * *

Um exemplo estrangeiro parece-me muito adequado a servir de modelo para nós. É o do Japão.

A estrutura dos nossos serviços estatísticos é parecida com a dêsse País, a qual, entretanto, se me afigura mais simples.

Existem ali órgãos centrais que são:

1. O Bureau do Primeiro Ministro que exerce a função de Bureau dos Censos. Tem o encargo do recenseamento da população e outras estatísticas *não administrativas*. Faz parte dêsse órgão central a Comissão de Estatísticas, como órgão independente, embora sob a jurisdição do Primeiro Ministro. É quem coordena as atividades das agências das diferentes prefeituras, na base da *Lei das Estatísticas*.

No Japão as prefeituras são as províncias, isto é, equivalem aos nossos Estados.

2. Cada Ministério possui um bureau estatístico. Nos Ministérios da Agricultura e Florestas, do Comércio Internacional e Indústria, do Trabalho e do Bem-Estar, os bureaux estatísticos chamam-se *Divisões*. Nos outros Ministérios, chamam-se *Secções*.

As organizações locais consistem nas secções de estatística e investigação das Prefeituras e nos oficiais estatísticos das cidades e vilas e órgãos destacados do govêrno central. Tôdas as cidades e vilas, por pequenas que sejam, designam um ou mais oficiais para lidar com trabalhos estatísticos. Às vêzes há uma secção estatística na administração provincial. O Govêrno Central confia certos trabalhos estatísticos aos Chefes das Prefeituras, ou das cidades e vilas, de acôrdo com a Lei de Autonomia Local. Os salários e vantagens aos oficiais estatísticos das Prefeituras (Estados) são pagos pelo Tesouro Nacional, ao passo que os das cidades e vilas provêm de um fundo especial. A secção estatística de cada Prefeitura (Estado) atua como uma agência de coleta tanto para o govêrno central como para o da Prefeitura (Estado). Essas secções são principalmente utilizadas para analisar os resultados dos censos feitos pelo Govêrno Central. Contudo, várias Prefeituras e cidades (Municípios), recentemente têm feito seus próprios censos de população, de fábricas, de agricultura, comércio, etc.

Uma das principais atividades estatísticas dessas agências locais é a concernente à atividade educacional.

Um esquema como êsse é semelhante ao do Brasil, porém muito mais simples. No Japão as Prefeituras correspondem aos Estados do Brasil. As cidades e as vilas correspondem aos nossos Municípios.

Convido o leitor a examinar bem as diferenças substanciais que existem entre esse esquema japonês e o brasileiro, quanto à repartição de encargos de coleta e análise dos levantamentos estatísticos.

Há um ponto importante na organização estatística japonesa. É a Comissão de Estatísticas, órgão dependente do Bureau do Primeiro Ministro.

São responsabilidades da Comissão de Estatísticas: 1.º) Planos Gerais para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema estatístico; 2.º) exame, standardização, coordenação e integração das investigações estatísticas; 3.º) levantamento e estudo da estrutura e dos requisitos pessoais e direção dos órgãos estatísticos; 4.º) planos para o treinamento do *staff* estatístico e seus exames; 5.º) fiscalização das pessoas encarregadas do trabalho estatístico nos vários órgãos; 6.º) difusão e propaganda dos conhecimentos estatísticos e supervisão dos assuntos relativos à estatística internacional.

A Comissão não executa investigações estatísticas. É composta de 15 membros, incluindo 1 presidente e 3 membros permanentes. Possui um escritório executivo com 3 Secções e 1 Câmara plenária. As secções são as seguintes: negócios gerais, primeira secção de exame e segunda secção de exame. A secção de negócios gerais administra o pessoal e trata dos assuntos legais e da difusão dos conhecimentos estatísticos. As duas secções de exame são responsáveis pelo exame e coordenação das estatísticas de que é fiador o Governo ou as autoridades públicas. Para isso elas examinam:

- a) objetivos e métodos de investigação;
- b) informações a serem coletadas e método de coleta;
- c) método e data da publicação dos resultados;
- d) estimativa das despesas.

A Câmara Plenária, ou Conselho, é encarregada dos assuntos concernentes à Lei Estatística, ao sistema de órgãos centrais e locais e ao orçamento para as estatísticas.

Não quero me alongar mais na explanação do sistema estatístico japonês que, repito, assemelha-se um pouco ao nosso, mas na realidade difere profundamente do nosso, no aspecto moderno e técnico em que foi concebido.

Quem conhece, por leituras, o alto nível do ensino secundário e universitário do Japão, não pode duvidar que uma organização como a que foi mencionada realmente aproveite a colaboração de grande número de pessoas formadas em escolas onde a estatística, especialmente a estatística matemática, é ensinada com o fim de ser aproveitada.

Uma comparação, sumária embora, entre a conceituação legal dos órgãos nacionais e locais, do sistema estatístico do Japão, com os órgãos nacionais e locais do nosso Conselho Nacional de Estatística, não nos deixa dúvidas de quanto estamos, no Brasil, em matéria de estatística, atrasados e completamente fora das orientações científicas que prevalecem nas nações importantes do mundo.

Repito que considero necessária uma reforma fundamental no nosso precário sistema estatístico e repito também que, no estudo dessa reforma, de-

vemos reunir a opinião sòmente das pessoas que têm capacidade realmente demonstrada. Nada adianta apelar para o concurso de pessoas que não estudaram estatística matemática ou no Brasil ou no estrangeiro.

Se fôr necessário, devemos apelar para uma Missão Estatística que deveremos fazer vir dos Estados Unidos ou da Inglaterra, ou de qualquer outro país da mesma importância, seguindo o exemplo das nossas Fôrças Armadas, que já têm apelado para o concurso de franceses e americanos, com o que conseguiram uma brilhante situação profissional conhecida já de tôda a Nação.

Fora disso, a nossa estatística continuará indefinidamente como uma inutilidade dispendiosa, como um “suplemento aparatoso” da administração pública, conforme disse numa carta que dirigi ao “Correio da Manhã”, carta que provocou a revolta de pretensos técnicos do Conselho Nacional de Estatística.
